

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Rua do Conde Redondo n.º 60-2.º, 3.º, 4.º, 5.º LISBOA

COMUNICADO N.º 111

*Diário
25/11/76*

Grande Concentração Operária

TODOS à RUA no DIA 27

- NÃO ÀS MEDIDAS ANTIOPERÁRIAS
- NÃO À VIOLÊNCIA FASCISTA CONTRA OS TRABALHADORES, SEUS DELEGADOS E DIRIGENTES
- SIM AO NOSSO CCT ÚNICO E VERTICAL E AOS CONTRATOS DOS CAMARADAS DOS OUTROS SECTORES
- SIM À REFORMA AGRÁRIA!
- PELA DEFESA DOS SINDICATOS E DOS ÓRGÃOS DE VONTADE POPULAR!

Os patrões da CAP e da CIP, centrais dos grandes capitalistas conseguem dia a dia aproximar-nos mais do 24 de Abril. Eles sabem que é retirando-nos de novo, todas as regalias já conquistadas, desde os aumentos de salário, ao direito à terra conseguido com a Reforma Agrária, que nos porão a pata em cima dum vez para sempre.

Para isso aumentam-nos os preços a tudo, o que torna o nosso salário cada vez mais miserável. Mas a recuperação capitalista não fica por aqui.

Que mais tem feito o Governo para de novo dar ao patronato toda a sua antiga força e privilégios?

— Tem feito e desfeito leis, de forma a que os interesses dos patrões sejam protegidos à custa do enfraquecimento das organizações dos trabalhadores e do aumento da exploração.

Para isso o Governo tenta prejudicar as receitas aos Sindicatos com leis que dificultam a cobrança das quotizações.

Para isso o Governo ataca, a Unicidade Sindical.

É TEMPO DE DIZER NÃO AO AVANÇO DAS MEDIDAS REACCIÓNARIAS DO GOVERNO E ÀS AGRESSÕES DOS FASCISTAS.

Enquanto, todos os dias, saem leis antioperárias, nas fábricas, os patrões, encorajados pelo Governo, tomam-se cada vez mais confiantes e violentos.

É assim na Manuel Gonçalves, na Maconde e em tantas outras fábricas trabalhadores, delegados sindicais e dirigentes, são hoje vítimas de despedimento, de ameaças e de pressões.

Camaradas, chegou a altura de, mostrando bem a nossa força e unidade dizer:

- NÃO ÀS MEDIDAS ANTIOPERÁRIAS DO GOVERNO!
- NÃO À VIOLÊNCIA FASCISTA DOS PATRÕES!

CONCENTRAÇÃO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS, VESTUÁRIO, TINTURARIAS E LAVANDARIAS ÀS 14 HORAS, DO DIA 27 DE NOVEMBRO, SÁBADO, NA PRAÇA DO AREIRO, COM DESTINO À GRANDE CONCENTRAÇÃO OPERÁRIA NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO.

- A LUTA CONTINUA!
- UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

P'LA DIRECÇÃO

Comício na FIL repudia bombismo

*Diário
25/11/76*

O atentado de que foi alvo o eng.º Lopes Cardoso e a impunidade de que tem gozado a rede bombista, foram repudiados num comício convocado para o efeito por alguns sindicatos da «Carta Aberta» e que se realizou ontem nas instalações da FIL. Todos os oradores apelaram a unidade dos trabalhadores e disseram: «Basta de impunidade para os bombistas».

Falou em primeiro lugar Rui Duarte, da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e lhas, que afirmou a dada altura: «Com os trabalhadores unidos o terrorismo não passará».

Considerando que o atentado bombista contra Lopes Cardoso é um ataque à própria Reforma Agrária, o orador clamou depois por «castigo imediato para os bombistas e seus protectores».

José Luis Mendes, um dos militantes do PS neste momento suspensos pelo respectivo Secretariado, condenou os ataques contra a Reforma Agrária, verberando a impunidade dos

bombistas e a liberdade oferecida a pides e legionários. E salientou: «É tempo de dizer basta! A Comissão de Trabalho do PS assumiu e assumirá as suas responsabilidades. Os monopolistas e latifundiários, a reacção, não passarão!».

Seguidamente, falou João Maria, da direcção do Sindicato dos Despachantes, que lembrou o 28 de Maio de 1926 e as condições que o tornaram possível, denunciando os que agora querem voltar novamente a um regime fascista. Analisando o comportamento dos órgãos do poder, perguntou ainda: «Porque se fizeram orelhas moucas à denúncia da ilegalidade da soltura dos pides?»

Todas as intervenções foram frequentemente interrompidas pela assistência que gritava a palavra de ordem «pides, bombistas, reacção, todos para a prisão».

Foram lidas mensagens de apoio de direcções de alguns sindicatos, comissões de trabalhadores e núcleos da Juventude Socialista.

PUB.

Diário 25/11/76

Sindicato dos Maquinistas Práticos Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa

CONVOCATÓRIA

Em consequência das medidas antioperárias que o Governo tem vindo sucessivamente a tomar e em defesa da recuperação capitalista, contrariamente ao espírito do consignado na Constituição da República Portuguesa, vem a Direcção do Sindicato convocar os seus associados para participarem na grande manifestação de repúdio por tais medidas, a efectuar no próximo sábado, dia 27, pelas 15 horas no Estádio 1.º de Maio.

- Pela Defesa da Constituição!
- Contra a obrigatoriedade na compra dos títulos de tesouro!
- Pela revogação do Decreto-Lei 164-A 76, da Contratação Colectiva, favorável ao patronato!
- Contra a lei dos despedimentos, pelo direito ao trabalho!
- Contra todas as manobras antioperárias!
- Pela defesa da Reforma Agrária!
- Pela defesa da Lei Sindical!

*Camarada: Comparece, diz Presente, nesta tão importante jornada de luta!
Estão em jogo importantes conquistas alcançadas pelas classes trabalhadoras após o 25 de Abril!*

Lisboa, 23 de Novembro de 1976

Pela DIRECÇÃO

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS DO DISTRITO DO PORTO

ABRANGENDO O DISTRITO DE AVEIRO

COMUNICADO

GRANDE JORNADA DE LUTA

Sábado, dia 27 de Novembro, às 15.30 h., no Palácio de Cristal, trabalhadores do Norte movimentam-se pelo cumprimento da Constituição da República.

Trinta e quatro organizações sindicais, solidárias na Grande Jornada de Unidade Sindical.

CAMARADAS TÊXTEIS comparecei em massa para que com outros milhares de trabalhadores mostremos a força que nos une.

**PELA SAÍDA E CUMPRIMENTO DOS CCT!
PELO PAGAMENTO DO 13.º MÊS!
CONTRA OS DESPEDIMENTOS!
CONTRA OS ATAQUES AO MOVIMENTO
SINDICAL!
PELA DEFESA DA UNIDADE SINDICAL!**

A Direcção

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Diário
25/11/76

Sindicatos mobilizam para manifestações de sábado

Continua a aumentar o número de organizações sindicais e de comissões de trabalhadores que aderem às manifestações com as quais, no próximo sábado, os trabalhadores portugueses vão, em Lisboa e no Porto, protestar contra a política de recuperação capitalista do Governo, o congelamento da contratação colectiva, a liberalização dos despedimentos e o pagamento de parte do 13.º em títulos do Tesouro e demonstrar a determinação de defenderem a Reforma Agrária como uma das principais conquistas alcançadas depois do 25 de Abril.

Além das organizações promotoras, aderiram já à convocação as Federações dos Sindicatos Metalúrgicos, dos Têxteis, do Comércio, do Mar, da Panificação, dos Escritórios do Norte, dos Ferrovários, dos Rodoviários, da Indústria de Celulose, da Indústria de Madeiras e da Cerâmica. O Secretariado Nacional da Construção Civil e o Secretariado Provisório da Federação deste sector anunciaram também a adesão às manifestações, bem como os Secretariados das Uniãoes Sindicais dos distritos de Braga, Coimbra e Évora. Em sectores onde não estão ainda estruturadas as federações sindicais, têm-se registado adesões individuais de sindicatos. Assim aconteceu,

por exemplo, com os sindicatos dos trabalhadores Químicos de Setúbal, Químicos do Centro, Cobradores, Indústria Farmacêutica e Electricistas do Sul.

A nível de comissões de trabalhadores também aumenta o número de adesões, tendo já começado em muitas empresas a propagação das manifestações.

Conforme informámos oportunamente, os trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal concentraram-se, pelas 15 horas, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa. No Porto, a concentração far-se-á à mesma hora, no Palácio de Cristal.

O Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra anunciou também que vai promover, em conjunto com a Associação Académica da Universidade, uma manifestação de trabalhadores e estudantes no próximo sábado, pelas 16 horas, no Pavilhão dos Olivais, naquela cidade.

A manifestação é organizada para protestar contra o aumento do custo de vida e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores. É igualmente objectivo da concentração protestar contra o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, a liberalização dos despedimentos,

o congelamento da contratação colectiva, os ataques bombistas e a simultânea libertação dos presumíveis responsáveis e ainda a reintegração de indivíduos reconhecidos fascistas nos sectores público e privado. A solidariedade com os trabalhadores que nos campos fazem a Reforma Agrária e com os estudantes que lutam contra a política do MEIC está também inscrita entre os objectivos da manifestação, com a qual as organizações promotoras visam tomar posição firme contra o avanço da direita reaccionária e contra as medidas antioperárias do Governo e a sua política de colaboração e de cedência ao capitalismo nacional e internacional.

Intersindical deve milhares de contos ao INATEL

J. Moura
25/11/76

Os delegados do Ministério do Trabalho no Inatel, major Lobo César e Dório Guimarães convocaram ontem uma conferência de imprensa para revelarem «a insustentável situação de crise e impasse que atravessa aquele organismo» e denunciar «a acção manipuladora e partidária dos elementos da Intersindical, no seio da Inatel».

Segundo declarou Dório Guimarães «o Governo tem sido constantemente pressionado pela Inter — que pretende controlar o Inatel para manter uma posição hegemónica no movimento sindical — para suspender os delegados do Ministério do Trabalho. A Inter — acrescentou Dório Guimarães — está interessada em manter uma situação de impasse até à realização do Congresso dos Sindicatos, para depois passar claramente à ofensiva». Actualmente, o secretariado daquela central sindical «ocupa abusivamente» as instalações do Inatel na rua Victor Cordon, em Lisboa e deve a este organismo, segundo afirmou um dos delegados do Ministério do Trabalho, «mais de mil contos. Sublinhou ainda que «a renda mensal do prédio em que se encontra instalado o Secretariado da Intersindical se eleva a mais de 80 contos que são pagos mensalmente pela Comissão Administrativa do Inatel».

Por sua vez, o major Lobo César referiu-se ao boicote feito ultimamente pelo representante da Intersindical que insiste em não comparecer às reuniões, enquanto não fôr nomeado mais um representante da Inter.

Acrescentou, no entanto, que «os trabalhadores não sindicalizados e os sindicatos não afectos à Intersindical é que deveriam estar representados na comissão administrativa».

O Inatel, organismo que substituiu a FNAT, logo após o 25 de

Abril, tem um património imobiliário calculado em cerca de três milhões de contos. Conta ainda com numerosos centros de férias, instalações desportivas e culturais e edifícios de delegações. As receitas deste organismo provêm essencialmente das Caixas de Previdência (60,3 por cento), do Totobola (18 por cento), dos organismos de coordenação económica (10,3 por cento) e das associações patronais e sindicatos.

Segundo revelou o major Lobo César, o secretariado da Intersindical teria dado recentemente «ordem aos sindicatos afectos que não pagassem as respectivas quotas ao Inatel». Aquele delegado recordou, a este respeito, que os estatutos provisórios do Inatel, durante o «gonçalvismo» previam que aquele organismo fosse superentendido pelo Estado e pela Intersindical.

«Este facto — prosseguiu — demonstra inequivocamente que o Inatel estava única e exclusivamente ao serviço do PCP, que através da Intersindical se apoderou das delegações distritais». Por outro lado, «a Comissão Administrativa «saneou grande número de livros da biblioteca da ex-FNAT», e deu um subsídio de 400 contos ao Jornal «Alavanca», órgão oficial da Intersindical».

A finalizar o encontro com os órgãos de informação, Dório Guimarães apontou alguns dos objectivos prioritários do Inatel, com especial relevo para o Turismo e anunciou a decisão da Comissão Administrativa em criar um sistema central de refeições. Referiu ainda que os Delegados do Ministério do Trabalho tinham sido recentemente recebidos pelo Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares a quem expuseram a situação no Inatel.

Jornada de luta no Porto

Mais de quarenta sindicatos do Porto aderiram já à jornada de luta dos trabalhadores do Porto promovida pela União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, para o próximo sábado, às 15 e 30, no Palácio de Cristal. A manifestação tem por objectivo lutar «pela saída de cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, contra os despedimentos, pelo pagamento integral do 13.º mês, contra os ataques às organizações sindicais, pela defesa e unidade do movimento sindical».

RLx-25/11/76

Escritórios aprovaram verba para a Inter

Os trabalhadores de Escritórios de Lisboa aprovaram, ontem, em plenário efectuado no Pavilhão dos Desportos, uma proposta na qual exigem à direcção que seja incluída no orçamento do ano corrente uma verba destinada à Intersindical. A moção foi aprovada por esmagadora maioria.

A reunião fora convocada pela direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa e visava a discussão e aprovação do orçamento para o próximo ano. No entanto, alguns trabalhadores denunciavam o que entendem por uma manobra, na medida em que ainda não está aprovado o orçamento para o ano corrente.

Assim, o plenário ontem efectuado poderia não ser mais que uma manobra para retirar do orçamento qualquer verba para a Intersindical ao mesmo que representaria a ratificação do referendo do passado dia 18, considerado ilegal e anties-tatutário.

A moção que prevê a verba para a Intersindical critica «severamente os corpos gerentes do Sindicato, pelas suas atitudes divisionistas e

incapacidade para a acção sindical».

FARO:

CONTESTAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS

Também em Faro tem sido contestada a posição da direcção do Sindicato dos Escritórios daquele distrito. Desta vez, a posição crítica é assumida em dois comunicados emitidos por um grupo de sócios de Portimão e pela Comissão de Luta da mesma cidade.

Aí se acusa aquela direcção sindical de, após ter sido «derrotada em sucessivas assembleias locais realizadas nas últimas semanas» recorrer «a métodos anties-tatutários como o do referendo» para defesa das suas posições afecta à linha da chamada «Carta Aberta».

Para resolução dos problemas, os autores deste comunicado defendem que os «empregados de escritório do distrito de Faro devem recusar qualquer referendo sobre a matéria em causa e exigir a realização de uma Assembleia Geral onde um problema tão importante seja amplamente discutido e na qual se decida através do voto».

O DIA

LISBOA

26 NOV. 1976

Inter acusa o Governo de tentar dividir o movimento sindical

O facto de o governo ter convidado elementos de direcções sindicais identificadas como sindicatos da "Carta Aberta" para a mesa redonda, presidida pelos secretários de Estado do Planeamento e da População e Emprego, destinada a analisar os problemas decorrentes da planificação global do emprego levou a Intersindical Nacional a não

estar presente naquela reunião, para que também tinha sido convocada.

Após salientar que "o governo tem primado pela obstinada atitude de afastar da elaboração da legislação laboral a única central sindical existente em Portugal, e como tal reconhecida também pela Organização Internacional do Trabalho". Um comunicado da Intersindical afirma que a atitude de o Governo, ao convidar para aquela mesa-redonda sindicatos affectos à "Carta Aberta", ao lado de elementos da Intersindical, "quer fazer pressupor não só a cisão do movimento sindical como ainda a existência de facto de outra central sindical".

A finalizar, o mesmo comunicado afirma que nessas condições, "a participação da Intersindical" poderia ser interpretada como concordância com as intenções divisionistas do Governo e como reconhecimento tácito da quebra da unidade do movimento sindical".

Por vontade da sua massa associativa

Luta 26/11/76

Escritórios de Lisboa não pagarão quotização para a Intersindical

O Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa não pagará qualquer quota à Intersindical, dado que, por vontade expressa da sua massa associativa, vai pura e simplesmente deixar de pertencer àquela Central — acentuou um porta-voz da Direcção, a propósito de uma moção aprovada durante uma assembleia geral ontem à noite realizada. Comentou: "Mas como poderia um sindicato despende dinheiro com um organismo do qual está desvinculado?".

A assembleia, convocada

para discussão do orçamento para 1977, contou com a presença de cerca de 700 sócios, alguns dos quais aprovaram uma moção no sentido de ser incluída no documento uma verba destinada à quotização da Intersindical. Como é óbvio, se a vontade das escassas centenas fosse acatada pela Direcção, seria frontalmente contrariada a decisão de mais de dez mil de trabalhadores que, há dias, se pronunciaram, de forma inequívoca, pelo aboabandono da Inter por parte do seu sindicato.

Mas a assembleia teve outras cenas caricatas, desde a forma como foi rejeitada uma moção sobre o "25 de Novembro" à exigência da aprovação do orçamento de 1976. Sobre esta última questão, foi esquecido que, na altura em que tal orçamento deveria ter sido aprovado, a actual direcção não existia... De facto, alguém não cumpriu os estatutos...

Enfim, muita discussão estéril e o adiamento da assembleia que, um dia destes, há-de deliberar sobre o orçamento do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório.

Este fim-de-semana

Luta 26/11/76

«Carta Aberta» em Coimbra

Reune-se este fim-de-semana, em Coimbra, o plenário dos sindicatos subscretores e aderentes da "Carta Aberta", com a seguinte ordem de trabalhos: análise global da situação sindical; linhas de acção imediata com vista à concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios decorrentes da "Carta Aberta".

É provável que no encontro seja discutida uma proposta de alternativa para a reformulação do movimento sindical. Alternativa que se deverá basear numa verticalização democrática, aberta à participação de todos os trabalhadores, recusando o sindicalismo de elite e aderindo a uma verdadeira acção de massas, na base de sindicatos por sector de actividade.

O sindicalismo que temos

Agosto
26/11/76

1. «Casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão», assim diz o velho ditado popular que, tendo aplicação actual em vários campos da vida nacional, se aplica perfeitamente ao panorama presente do Movimento Sindical Português, relativamente à organização do anunciado Congresso Sindical. Entretanto, as condições económicas do país e dos trabalhadores não melhoraram, se é que não pioraram nos últimos meses, o Governo apenas tem lançado algumas medidas pontuais desgarradas, algumas das quais, como por exemplo o recente e violento aumento dos transportes públicos, com fortes efeitos negativos nos orçamentos familiares mais fracos e de duvidosa utilidade na melhoria dos serviços.

2. Muitos sindicatos protestam, alguns ameaçam, mas ao que sabemos nenhum propôs ao Governo um acordo social, equacionando os problemas concretos que afligem tantos trabalhadores, antes privilegiando gastar o tempo em plenários e assembleias de lutas estereis, em que os intersindicalistas dizem que a «Carta Aberta» está ao serviço da «CIA», e este grupo acusando a Inter de laçoa da «KGB», além dos «slogans» e «chavões» do costume. Entretanto, não se negociam os contratos colectivos de trabalho, regateiam-se em posições radicalizadas ao extremo, com culpas tanto dos dirigentes sindicais como e principalmente das entidades patronais, arrastando-se a sua assinatura por longos meses. Quem lucra com esta situação?

3. Servindo-se da grave situação económica do nosso País, exacerbando tensões sociais, e dos problemas que estão a atravessar os sindicatos portugueses há quem esteja apropriando-se do descontentamento dos trabalhadores para fomentar o abandono dos sindicatos com o consequente aproveitamento político, se a lucidez dos trabalhadores conscientes a tal não se opuser. De facto, é preciso deixar que se façam asneiras, que se faça política partidária nos sindicatos com o dinheiro dos trabalhadores, que não se respeitem as regras da democracia, etc. Tudo isto é preciso para identificar completamente quem presta e quem não presta e os trabalhadores portugueses mais cedo ou mais tarde não deixarão de o fazer.

4. Entretanto, a atitude partidária do Secretariado na Intersindical, sobejamente conhecida, para quem a defesa de alguns interesses dos trabalhadores apenas serve para disfarçar o seu papel de «corcêia de transmissão» do PCP, responde ao grupo da «Carta Aberta», afecto ao PS, com uma nova partidização, ao proclamar a sua recusa a cooperar com outras tendências sindicais democráticas. Veja-se o caso, por exemplo, das próximas eleições para o Sindicato dos Funcionários Públicos do Sul, em que numa primeira fase os socialistas se aliam aos social-democratas e depois aqueles romperam a coligação, pelo que vão aparecer duas listas, desnecessariamente, por culpa e teimosia dos socialistas (lista C), sendo a B a dos reformistas social-democratas. Será que os sindicalistas socialistas apenas querem substituir a hegemonia péscipista pela sua?

O SINDICALISMO QUE QUEREMOS

1. Antes de mais, torna-se necessário que todos os trabalhadores se mobilizem e se disponham a intervir activa e conscientemente no Movimento Sindical Português, isolando e desmascarando todos os «aprendizes de sindicalistas» que têm objectivamente dividido os trabalhadores com as suas infantis pseudo-revolucionárias posições sectárias, em grande parte fruto de mesquinhos interesses político-partidários. Lutar contra, isto é, contribuir para a democraticidade e representatividade interna de cada sindicato, na unidade e independência da organização sindical portuguesa, rejeitando sempre formas que levem ao pluralismo sindical, é o que neste momento se impõe.

2. Seguidamente, deverá considerar-se que o diálogo é condição indispensável para a construção da unidade sindical e consequente edificação dum sindicalismo livre, forte e unitário, que só assim exprimirá um alto grau de consciência, de coesão e de solidariedade dos trabalhadores. Por outro lado, qualquer tendência sindical, verdadeiramente democrática e representativa, jamais se poderá esquecer da dignificação humana, valorização e promoção social dos trabalhadores, visando a sua emancipação mediante a sua total libertação de todas as alienações, opressões e explorações.

3. Parece pois lícito poder afirmar-se que o Socialismo Democrático, para que aponta a nossa Constituição, passa por reformas conjunturais e principalmente por reformas estruturais, nas quais os Sindicatos terão importante papel a desempenhar, se quiserem de facto colaborar conscientemente nesta grandiosa tarefa de criar uma nova sociedade, mais livre e mais justa, dentro dum Estado de Direito, por forma a que a distinção de classes jamais tenha lugar.

4. Para isso, a curto e médio prazo, os trabalhadores e os seus Sindicatos deverão abdicar das suas reivindicações monetárias irrealistas, esforçando-se antes por aumentar a produção e pressionando no sentido de serem obtidas melhores regalias sociais: Serviço Nacional de Saúde gratuito, Segurança Social, Ensino gratuito, Habitação Social, Abono de Família mais favorável para as famílias numerosas, etc. Efectivamente, os trabalhadores já sabem por experiência própria que os grandes aumentos de ordenados têm gerado imediata subida de preços que «come» logo a seguir esse dinheiro. Portanto, numa prática reformista, são de considerar prioritárias e mais as reivindicações de melhores regalias sociais, por não são engolidas pelo aumento de custo de vida.

SINDICATO LIVRE DOS EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO E CAIXEIROS DO DISTRITO DE FARO

Julho
26/11/76

CONVOCATÓRIA

A Mesa da Assembleia Geral, depois de ouvida a Direcção do Sindicato, convoca todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, para uma ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (referendum) por voto secreto e directo, a realizar nos dias 26 e 27 de Novembro de 1976 nos locais e horas abaixo indicados:

Dia 26 — Sexta-feira:

CAIXA DE PREVIDÊNCIA — Rua Infante D. Henrique, 34-1.º-Dto.-Faro, das 09.00 às 12.30 horas.

RODOVIÁRIA NACIONAL — Rua Infante D. Henrique, 76-1.º-Faro, das 16.30 às 18.00 horas.

HOTEL DA PENINA — Montes de Alvor, das 17 às 18 horas.

Dia 27 — Sábado:

FARO — Sede do Sindicato — Rua de Santo António, 49-1.º Frente, das 10.00 às 18.00 horas.

PORTIMÃO — Delegação do Sindicato — Rua Diogo Tomé, 50-2.º, das 15.00 às 19.00 horas.

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — Club Náutico do Guadiana, das 15.00 às 17.00 horas.

TAVIRA — Onde funcionam as aulas de alfabetização — Rua Nova da Avenida, 6, das 17.00 às 19.00 horas.

LOULÉ — No Club Atlético, das 15.00 às 17.00 horas.

SILVES — Sociedade Filarmónica Silvesense, das 16.00 às 18.00 horas.

MESSINES — Na Junta de Freguesia, das 15.00 às 17.00 horas.

LAGOS — No Salão da Casa da Cultura das 15.00 às 17.00 horas.

OLHÃO — No Sindicato dos Profissionais da Indústria de Conservas, das 15.00 às 17.00 horas.

ALBUFEIRA — Na sede do Imortal Desportivo Clube, das 15.00 às 17.00 horas.

ORDEN DE TRABALHOS

I — CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CENTRAL SINDICAL ÚNICA E DEMOCRÁTICA E PERMANÊNCIA NA "CARTA ABERTA".

II — CONGRESSO DA INTERSINDICAL E SAÍDA DA CARTA ABERTA.

NOTA IMPORTANTE: Informa-se todos os associados, que no vosso interesse, deverão passar ou telefonar para a Sede do Sindicato em Faro, a fim de consultarem as Listagens de voto, a partir do próximo dia 23 inclusive, durante as horas normais de expediente.

ATENÇÃO: Na altura da votação, deverão os associados fazer-se acompanhar do cartão de associado, ou bilhete de identidade, ou de outro documento de identificação, mais se informa que no boletim de voto, o sócio deve fazer uma cruz no quadrado que optar.

Faro, 16 de Novembro de 1976.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Manuel Madeira Guerreiro

Hoje e amanhã

Julho - 26/11/76

Referendo no Sindicato dos Escritórios de Faro

Realiza-se hoje e amanhã um referendo promovido pelo Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro para auscultar a vontade da classe acerca do referendo "Carta Aberta" — Intersindical.

Os cerca de 5000 associados serão chamados a votar numa de duas alternativas: Congresso de todos os sindicatos para a construção de central sindical única e democrática e permanência na "Carta Aberta"; ou II Congresso da Intersindical e saída da "Carta Aberta".

Entretanto, um grupo de sócios de Portimão e uma "Comissão de Lula" de Faro emitiram dois comunicados, de teor semelhante, acusando a direcção do Sindicato de recorrer a "métodos anti-estatutários e ilegais", como o referendo, preconizando, em contrapartida, "uma discussão profunda e voto em assembleia geral". Aqueles comunicados classificam a "Carta Aberta"

de "divisionista" e de "lança que neste momento querem esperar nas costas dos trabalhadores".

Por sua vez, a direcção do Sindicato, em comunicado distribuído a propósito, considera o texto da Comissão de Lula "falso e caluniador, revelando a prática habitual dos saudosistas do tempo do "gonçalvismo", ou seja, da escalada social-fascista nos sindicatos". Identificando aquele grupo com "uma comissão gopista ao serviço do secretariado fantoche da Intersindical", a direcção dos Escritórios de Faro "convida todos os associados a responderem a mais esta acção provocatória, votando em bloco".

O referendo, que teve lugar, hoje, nas principais empresas do distrito, continua amanhã nas seguintes localidades: Faro, Portimão, Vila Real de Santo António, Tavira, Loulé, Silves, Messines, Lagos, Olhão e Albufeira.

Aos Sócios do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e do Comércio do Distrito de Aveiro

Julho 26/11/76

Ultimamente tem-se vindo a assistir a uma escalada do mesmo grupo que executa no distrito de Aveiro as ordens dadas para todo o País da rua António Serpa — Lisboa (sede do P.C.P.) no sentido de assaltar os sindicatos que não estão sob o seu controlo para conseguirem os seus intentos que são, como sempre foram, servirem-se dos trabalhadores como tropa de choque para os seus golpes e contra-golpes vendendo até os trabalhadores ao patronato e subsidiando organizações políticas e outras com total desrespeito pelos sócios dos sindicatos.

Nesse sentido, a requerimento de 209 sócios foi convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para as 21 horas de hoje dia 26 de Novembro, no Pavilhão do Beira-Mar, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Análise da actuação da Direcção.
2. Análise da legislação anti-operária e anti-trabalhadora.
3. Posição do Sindicato face ao Congresso de todos os sindicatos.

Aparentemente trata-se de uma iniciativa louvável de um grupo de associados que propõe que sejam analisados assuntos e problemas que interessam à classe. Todavia, a forma obscura como foi feita a recolha das assinaturas necessárias para a convocação da assembleia (circulação de uma lista que só passava pela mão dos "pêçes" e seus apaniguados), tendo inclusivamente alguns dos subscritores só se inscrito no sindicato depois da lista ter sido apresentada, revela a evidência que se está em presença de uma golpaça e de mais uma traição em que aqueles são useiros.

O comportamento desse grupo "teleguiado" de Lisboa é previsível e a sua actuação na assembleia pode-se sintetizar da seguinte forma:

Ponto 1 — Atacar a Direcção pelo que não fez e não pelo que tem feito.

Ponto 2 — Repudiar os diplomas emanados pelo Governo "Constitucional" P.S., visando indirectamente a Direcção do sindicato com o intuito de fazer crer aos associados que se a direcção não os repudiou é porque está de acordo com eles.

Ponto 3 — Procurar com que a assembleia vincule a direcção do sindicato a aderir à Intersindical apelando demagogicamente para a unidade dos trabalhadores, quando a Inter é o factor de permanente divisão pelos constantes ataques e calúnias contra as lutas das classes trabalhadoras e do Povo.

A tática que esses falsos comunistas costumam usar nas assembleias gerais é a seguinte:

— Disseminam-se pela assembleia para o que costumam comparecer sempre antes da hora, de modo a que as suas intervenções surjam aos olhos das massas como opiniões pessoais desligadas de qualquer grupo e sem terem sido previamente preparadas;

— Prolongam as intervenções com o intuito de saturar as massas e provocar que estas abandonem a assembleia;

— Nunca referem casos concretos mas instalam a dúvida na mente dos ouvintes insinuando "que ouviram dizer", "consta-se", "que sabem de um caso de um trabalhador que não está presente", etc., etc.;

— Quando algum associado desmascara os seus intuitos e golpes e refere as traições que a Intersindical tem cometido, provocam barulho e arruação recorrendo ao insulto (os mais vulgares são: fascista, es da CIA, laçao do patronato, antidemocrata, etc.);

— Misturados com os associados mostram-se muito apartidários falando constantemente em unidade com as pessoas que os ladeiam (unidade não em torno de princípios justos e correctos mas à volta dos seus projectos golpistas);

— Apresentam grande quantidade de documentos à Mesa criando grandes discussões à volta dos mesmos de maneira a prolongar a sessão até horas tardias, para então, quando as massas já se retiraram por não virem preparadas para assembleia tão longa, fazerem aprovar os documentos que lhes interessam;

— Costumam utilizar para impressionar as massas e suscitar a sua compaixão, de modo a atrair a si os elementos menos esclarecidos, "artistas" da choraminguice que dizem que durante muitos anos foram vítimas da repressão fascista (como se fossem os únicos a sê-lo e nunca o povo em geral) e que rematam os seus "papéis" com o estafado apelo à unidade à Inter para que o fascismo não possa voltar (quando são eles os principais encobridores dos fascistas e quem os livrou de serem julgados, tendo inclusivamente o PIDE Canais Rocha feito parte do Secretariado da Intersindical);

— Para se mostrarem apartidários costumam levar jornais desportivos debaixo do braço ou então jornais afectos ao partido que sabem ser o maioritário, nomeadamente o jornal "A LUTA" ou até o "PORTUGAL SOCIALISTA" que exibem na mão, quando pedem para falar, na mira de atrair a defender as suas posições os sectores mais hesitantes das massas;

— Se depois de todas estas manobras não conseguem iludir as massas, provocam conflitos chegando inclusivamente a agressão, para que a assembleia seja encerrada e ter de haver adiamento, para na seguinte, depois de reforçadas as suas posições, tornam-na favorável aos seus intentos.

Assim, deve-se perguntar a todos os trabalhadores que apoiarem o programa da actual Direcção do Sindicato, mesmo aqueles que têm como nós críticas a fazer à sua actuação, se vamos deixar que o mesmo grupo pequeno mas sempre presente, calunie membros dos Corpos Gerentes do nosso Sindicato; — se continuamos a permitir, que indivíduos destes se arvorem em grandes defensores dos trabalhadores, caluniando e ultrajando os mesmos trabalhadores; — se vamos permitir que o programa que elegemos, vá ser ultrajado e espezinhado e que o nosso Sindicato vá bajular-se aos pés da Intersindical, cumprindo caninamente os seus designios, isto é, pactuando com as manobras da Intersindical na realização de um 2.º Congresso da tração, e sermos responsáveis conjuntamente com a Intersindical naquilo que nós pensamos ser uma das maiores traições executadas aos trabalhadores que é a cisão do movimento sindical.

Nós pensamos que o próximo Congresso dos Sindicatos, deve ser um verdadeiro Congresso dos Trabalhadores, onde estejam presentes todos os Sindicatos portugueses, que os assuntos que lá se vão discutir devem ser o resultado de amplas discussões no seio dos trabalhadores, e não um 2.º Congresso da Intersindical onde, em vez de todos os Sindicatos portugueses, estiverem Costa Martins e outros "revolucionários" conhecidos por serem completamente estranhos aos interesses dos trabalhadores, e as teses que lá forem "discutidas" caírem do pára-quadras no mesmo dia da realização do Congresso e serem "aprovadas" por ameaças físicas e barulho infernal, executadas por profissionais devidamente contratados para o efeito.

Por isso, entendemos que a Direcção do nosso Sindicato deve continuar nos Encontros dos Sindicatos Democráticos em Coimbra conjuntamente com os Sindicatos da CARTA ABERTA, assim como em todas as reuniões de Sindicatos que entenda servir os interesses de todos os trabalhadores e a sua verdadeira UNIDADE.

A próxima Assembleia Geral, hoje dia 26 de Novembro é um teste importante à capacidade dos trabalhadores de se mobilizarem em torno dos seus objectivos para poderem vir a alcançar vitórias e infligir uma grande derrota:

— aqueles que não gostam de ver muitos trabalhadores nas assembleias;

— aqueles que entendem que os problemas dos trabalhadores devem ser discutidos por meia dúzia de "iluminados" e não pelas amplas massas de trabalhadores;

— aqueles que falam sempre em nome dos trabalhadores para melhor traírem os trabalhadores;

— aqueles que falando sempre em "democracia" no entanto fazem todo o tipo de ameaças às vezes discordantes das deles nas Assembleias gerais, no sentido de as silenciar;

— aqueles que, dizendo-se anti-imperialistas e anti-capitalistas, agem servilmente de acordo com os interesses do imperialismo soviético, advogando para o nosso país e para os trabalhadores portugueses a mais feroz das ditaduras do capital. Só que, segundo a sua maneira de ver, deixariam de estar sob dominação do imperialismo americano (em que seríamos a qualquer altura um novo Chile — onde a miséria, a repressão e a fome se acentuam de dia a dia atingindo proporções gigantescas) para passarmos a estar sob a batuta do "socialismo" russo, em que seríamos, por exemplo, uma nova União Indiana, onde morrer à fome, ser preso e executado por questões políticas e o estado de sítio permanente são o pão nosso de cada dia.

Assim, comparecer e participar nas assembleias gerais é sempre um dever, no entanto, hoje, dia 26 é ainda mais do que um dever pois trata-se de defender o nosso programw, não só em relação ao Congresso dos Sindicatos, como também à outras questões e ainda responder a aqueles que, sendo um pequeno grupo, pensam conseguir os seus intentos baseados na ideia de que os trabalhadores vão ficar em casa. Estão profundamente enganados!

- ORGANIZA-TE NA TUA EMPRESA E NO TEU CONCELHO!
- OS CARROS DEVEM VIR COMPLETAMENTE CHEIOS!
- HA SEMPRE MAIS UM CAMARADA PARA VIR!
- ORGANIZA EXCURSÕES NOS CONCELHOS MAIS LONGINQUOS!
- TODOS À ASSEMBLEIA GERAL DIA 26!

SUBSCREVEM ESTE COMUNICADO OS SÓCIOS

Luis Rebocho
Porfirio Ramos
José António Freitas
Isabel Gadim Lima
Ivo Silva
VITOR LOPES
Waldemar Cardoso
Alfredo Simões
Inácio Lancha
Manuel-Cruz
Graciano Lima
Alicia Cruz
Fernando Leitão

TODOS À ASSEMBLEIA GERAL DIA 26 DE NOVEMBRO

que é de todos a todos diz respeito!

3 D NOV. 1976

Carta Aberta rejeita estruturas paralelas

Com a participação de algumas dezenas de delegados de vinte e quatro sindicatos, realizou-se, em Coimbra, um encontro de aderentes da «Carta Aberta», para análise global da situação sindical, definição de linhas de actuação imediata com vista à concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios decorrentes daquele documento, e estudo da estratégia regional de concretização das linhas de actuação. Este último ponto não chegou a ser suficientemente discutido, pelo que foi marcado um novo encontro, para data a definir, e que como os anteriores deverá realizar-se em Coimbra, devido à situação central desta cidade.

O plenário adiantou passos no sentido da concretização dos princípios de liberdade, autonomia, democracia e de unidade definidos pela Carta Aberta, e de integração desses princípios no movimento sindical ao qual forneceu uma proposta de alternativa de organização oposta à actual situação de «contrôle» burocrático e de enfraquecimento partidário — conforme observou Vitor Gonçalves, que, com José Luis Gaspar e Jo-

considerou que ele pode ser considerado um «plenário histórico, dependendo agora da nossa capacidade de levar aos trabalhadores esta discussão dos princípios da Carta Aberta, de forma que eles aceitem, ou não, uma nova organização do movimento sindical em grandes sindicatos democráticos, em sindicatos autónomos, para defesa

de uma verdadeira unidade na base dos próprios sectores da actividade».

As linhas de actuação nele definidas, para imediata aplicação, são no sentido de dinamizar os trabalhadores para serem eles mesmos a definir se devem ou não os seus sindicatos participar no Congresso que está a ser organizado pela Intersindical. «Com esse Congresso, nós, direcções sindicais, que defendemos os princípios da Carta Aberta, não nos sentimos solidários, como é há muito sabido» — esclareceu Vitor Gonçalves.

— Defendemos que os trabalhadores, organizadamente, dentro dos seus sindicatos, lutem por grandes assembleias de massas, por referendos, por toda uma metodologia prática que leve a obter posição maioritária dos respectivos trabalhadores face à actual situação sindical, face a um problema tão

grande como é o II Congresso da Intersindical.

A observação de um jornalista respondeu aquele dirigente sindical que a Carta Aberta rejeita categoricamente estruturas paralelas:

— Se há trabalhadores que nesta altura estão confundidos a esse respeito, a confusão deve-se não a nós mas a quem os quer dividir, não a nós mas, por exemplo, a um jornal como «O Diário» que se serve de um movimento autónomo dos trabalhadores para fazer anedotas, anedotas que levem efectivamente a atrelar os trabalhadores à política burocrática da Intersindical».

As conclusões finais deste encontro, ainda sem redacção definitiva, serão fornecidas aos órgãos de comunicação social, durante uma conferência de imprensa a realizar na capital, possivelmente na próxima quinta-feira.

Inatel

Julho 26/11/76

Sindicato Livre dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Faro

SEDE: Rua de Santo António, 49, 1.ª-Frente
Telefs.: 2 36 21-2 50 74 — FARO

COMUNICADO

Como informámos os sócios, vai-se fazer o referendun no próximo dia 27, conforme convocatória anexa.

Para desfazer quaisquer dúvidas quanto à nossa posição reafirmamos que:

Defendemos intransigentemente a existência de uma central sindical única e democrática, onde todos os Sindicatos tenham a possibilidade de expor os seus pontos de vista.

Defendemos intransigentemente que a Central Sindical Única e Democrática deve ser independente de todos os partidos políticos e do Estado.

Defendemos intransigentemente que o Congresso de todos os Sindicatos, deve dar origem à Central Sindical Única e Democrática e, ser organizado sem hegemonia de qualquer das linhas político-sindicais existentes no Movimento Sindical Português.

Todos temos consciência que o Movimento Sindical se encontra dividido. Para construir a Unidade "é preciso partir das divisões que existem, propor o caminho que una a grande maioria das massas trabalhadoras, e então essa Unidade surgirá". Foi isto que dissemos no nosso programa de candidatura. É isto que voltamos a afirmar.

Foi por isso que subscrevemos o documento "CARTA ABERTA", onde se apontam as medidas necessárias para a construção de uma verdadeira Central Sindical para os Trabalhadores Portugueses.

E por isso que nos opomos à maneira como a Intersindical pretende realizar o Seu Congresso, sobre o controle do seu Secretariado e, pretendendo continuar a deter a hegemonia do Movimento Sindical Português.

Apelamos assim a todos os associados que exerçam o seu direito de voto.

PELA DEMOCRACIA SINDICAL
POR UMA CENTRAL SINDICAL ÚNICA E
DEMOCRÁTICA!

Faro, 18 de Novembro de 1976

A DIRECÇÃO

Os trabalhadores de Portugal não podem continuar à espera

Conforme noticiámos brevemente na nossa edição de ontem, os delegados do Ministério do Trabalho na Comissão Administrativa do INATEL, Dórdio Guimarães e major Lobo César, denunciaram, em conferência de Imprensa, as manobras manipuladoras do P.C.P., quer através do secretariado da INTERSINDICAL, quer através dos restantes elementos da própria comissão administrativa do INATEL, Fernando Chambel e Manuel Lovegrow.

Dórdio Guimarães e Lobo César, que afirmam ter o apoio da maioria dos trabalhadores do INATEL, lutam desde a sua tomada de posse, em Julho de 1976, por uma resolução democrática do impasse actual, e aceitam que grande parte das responsabilidades cabe

ao Ministério do Trabalho que, devidamente informado pelos delegados, ainda não interfeuiu objectivamente.

Os delegados referiram, nomeadamente, a ocupação ilegal que a INTERSINDICAL está fazendo das instalações do INATEL na Rua Vitor Gordon, onde funciona um Refeitório que fornece diariamente cerca de 1200 refeições. Referiram, igualmente, que, caso obivessem o apoio do Governo nesse sentido, desenvolveriam um programa de acção para servir todos os trabalhadores, independentemente da sua ideologia política. Esse programa, engloba sectores culturais, desportivos e socio-económicos, bem definidos e a alcançar a curto, médio e longo prazo.

REFEITORIOS E ACTIVIDADE CULTURAL

Concretamente, os delegados do Governo propõem a criação de um boletim mensal, inicialmente distribuído a todos os sócios do INATEL e, futuramente, a todos os trabalhadores do País, onde o trabalho de base seria feito pelos próprios trabalhadores, através do seu testemunho. Outros pontos de acção imediata seriam a proliferação de refeitórios destinados aos trabalhadores, e fazer do Teatro da Trindade, em Lisboa, à "sala de visitas dos trabalhadores", através de uma programação intensa e diversificada, que incluía não só espectáculos como também conferências, encontros, colóquios, exposições, etc.

P2x - 271M / 1976

Protesto popular contra recuperação capitalista

Importantes concentrações populares, promovidas e apoiadas pelos sindicatos e pelas comissões de trabalhadores das grandes empresas, decorrem esta tarde em Lisboa, Porto e Coimbra.

As manifestações representam o protesto de vastos sectores da população portuguesa contra o congelamento, de facto, da contratação colectiva, contra a liberalização dos despedimentos, em defesa da Reforma Agrária, e pelo pagamento integral do 13.º mês em dinheiro.

Este movimento unitário insere-se no processo de luta contra a recuperação capitalista, e dá seguimento a diversas iniciativas ultimamente realizadas a nível sindical, designadamente o Encontro Nacional sobre Legislação do Trabalho e os trabalhos da comissão sindi-

cal nacional para as questões da contratação colectiva.

A quase totalidade das estruturas sindicais portuguesas (sindicatos, federações, uniões, Intersindical) associaram-se à organização das concentrações, na qual participam, ainda, os secretariados das comissões de trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal.

Trabalhadores de numerosas empresas, sindicatos, partidos políticos e outras organizações tinham apoiado expressamente, tal iniciativa, até esta manhã: As concentrações iniciaram-se à hora a que o nosso jornal começa a circular, no Estádio Primeiro de Maio, em Lisboa, no Palácio de Cristal, no Porto, e no pavilhão dos Olivais, em Coimbra.

Explicitando objectivos, a União dos Sindicatos do Porto

apontava, na convocatória, a necessidade de «responder com serenidade e firmeza à ofensiva do patronato», com a consciência de que a luta contra o agravamento das condições de vida dos trabalhadores «é inseparável da consolidação do regime democrático, da defesa e cumprimento da Constituição».

Por outro lado, o Sindicato dos Têxteis e Vestuário do Sul lembrava: «Enquanto todos os dias saem leis antioperárias, nas fábricas os patrões, encorajados pelo Governo, tornam-se cada vez mais confiantes e violentos. É assim que, na «Macondo» e em tantas outras fábricas, trabalhadores, delegados sindicais e dirigentes são hoje vítimas de despedimentos, de ameaças e de pressões».

A diminuição do poder de compra de alguns sectores profissionais provocada pelo pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, é o principal factor de mobilização dos pequenos e médios comerciantes, convocados pela Comissão Pró-Unidade dos Pequenos e Médios Empresários, solidária como os sindicatos e as comissões de trabalhadores.

Entre as organizações políticas que apoiam as concentrações destacam-se o Partido Comunista o Movimento de Unidade Popular, a União da Juventude Comunista e a União dos Estudantes Co-

munistas. Afirma a D.O.R.L. do P.C.P., ao apelar para a comparsa dos militantes comunistas: «Perante a ofensiva do patronato e das forças reaccionárias visando pôr em causa conquistas da revolução, face aos planos de recuperação capitalista e agrária, postos em prática pelo Governo, as massas trabalhadoras devem mostrar, mais uma vez, a sua decisão de defender as conquistas da revolução».

Recorde-se que um dos motivos centrais do protesto é o congelamento, perante a ordem do Governo, da contratação colectiva, motivado pela sistemática atitude de boicote das negociações por parte das organizações patronais. Esse impasse, que impede a recuperação do poder de compra numa situação de aumento generalizado dos preços, afecta mais de um milhão e meio de trabalhadores e respectivas famílias.

DIÁRIO DE LISBOA

LISBOA

26 NOV. 1976

EM LISBOA, PORTO e COIMBRA

Alarga-se o apoio às manifestações unitárias de trabalhadores

Sucedem-se a ritmo crescente as manifestações de adesão às concentrações de trabalhadores previstas para amanhã no Porto em Lisboa e em Coimbra. A concentração em Coimbra é promovida pela União dos Sindicatos de Coimbra / Intersindical e foi anunciada em conferência de Imprensa na sede do INATEL daquela cidade. Os dirigentes sindicais do centro do País referiram que a concentração será de protesto contra o aumento incontrolado do custo de vida e pela defesa das conquistas alcançadas pelos trabalhadores desde o 25 de Abril. Conforme foi anunciado serão também exigidos castigos severos para os bombistas e para todos aqueles que atentam contra as liberdades básicas, assim como haverá expressão de total desacordo dos trabalhadores

quanto ao pagamento de parte do 13.º mês em títulos de dívida pública, facto que servirá para o Governo «pagar grandes indemnizações aos que sempre exploraram a força do trabalho».

A manifestação de Coimbra insere-se numa jornada operária que em Lisboa terá seu ponto alto na concentração aprazada para o Estádio 1.º de Maio e no Porto para o Palácio de Cristal. Estas concentrações foram promovidas por dezenas de sindicatos, federações, uniões e secretariados de comissões de trabalhadores. De um modo geral elas visam manifestar o protesto das classes trabalhadoras contra o congelamento da contratação colectiva, contra a legislação antioperária (designadamente contra a lei dos despedi-

mentos e a revogação do Art.º 21 da Lei Sindical), contra o pagamento do 13.º mês em Títulos do Tesouro e pela defesa da Reforma Agrária.

Concretamente quanto ao pagamento de parte do 13.º mês em Títulos, transcrevemos, de um comunicado em que a União dos Sindicatos de Santarém manifesta a sua adesão à jornada de amanhã: «Esta medida, a concretizar-se, irá provocar uma sensível diminuição do poder de compra de largas camadas de trabalhadores e levará ao agravamento da situação económica e financeira dos pequenos e médios comerciantes e industriais, que têm subsistido desde o tempo do fascismo em precárias condições». A União dos Sindicatos de Santarém considera ainda que as manifestações de

amanhã serão «uma resposta de massas» tendente a levantar «uma barreira firme e eficaz à actuação contrária aos interesses e anseios das massas populares e dos trabalhadores».

NOTA DO P. C. P.

No Norte do País, onde a jornada de amanhã é apoiada por mais de 40 sindicatos da área do Porto, avulta na véspera das manifestações, um extenso comunicado de apoio da DORN do P. C. P., documento no qual se afirma: «A política antioperária e de cedência às pressões do imperialismo prosseguida pelo Governo P. S. não resolve antes agrava os problemas nacionais, provoca o legítimo descontentamento dos trabalhadores e dá alento à ofensiva das forças reaccionárias». Considerando que são justas as preocupações dos trabalhadores perante a deterioração das suas condições de vida, a nota do P. C. P. acrescenta porém que, «no momento presente é fundamental que os trabalhadores e as suas organizações não se deixem envolver, face à pressão do grande patronato e dos grupos esquerdistas, em acções provocatórias e sectárias, que conduziriam ao isolamento da classe operária, que diminuiriam a base social de sustentação da democracia e serviriam portanto os objectivos da reacção».

MANIFESTAÇÃO DE TRABALHADORES MARCADA PARA AMANHÃ, EM COIMBRA

D. Amúvel 26/11/76

COIMBRA — Com o propósito de dar a conhecer as razões que determinam a realização de uma grande concentração de trabalhadores que amanhã, pelas 16 horas, vai realizar-se nesta cidade (concentração essa a que se associa a Academ.a), o Secretariado da União dos Sindicatos/Inter-sindical, convocou uma conferência de imprensa nas instalações do Inatel, tendo tomado lugar na mesa os elementos daquele secretariado, Carlos Dias, Jorge Lopes e José Calhau.

Carlos Dias principiou por afirmar que aquele organismo tinha «consciência do grave momento que se atravessa, consciência de que a situação económica do país não é nada brilhante, consciência de que por vezes são necessárias medidas

pouco populares para colmatar certas brechas, temos também consciência dum avanço espectacular das forças da direita reaccionária e da procura que elas têm na destabilização. Temos garantido a todo o momento que não estamos interessados em destabilizar a situação, não estamos interessados em criar ao Governo problemas maiores mas há pontos que não podemos deixar passar, sob pena de a nossa acção ser nula, sobretudo no que diz respeito às garantias fundamentais dos trabalhadores, ao respeito pela Constituição e, portanto, a não transigência massiva com as forças de direita que cada dia se tornam mais exgentes».

Depois de afirmar que os trabalhadores se encontram seriamente preocupados com a destabilização criada pelas forças reaccionárias e com a própria direita militar, salientou que «O Movimento Sindical, neste momento, tem muita força organizativa e poder de mobilização — os trabalhadores estão descontentes, o que vem facilitar ainda mais essa mobilização — e que neste momento nem era necessário fazermos muita força para criar a destabilização e agravar os problemas ao Governo, bastava soprar, e nós até estamos a respirar devagarinho, para que isso não aconteça.»

Este foi o motivo com que justificou a razão de não fazerem manifestações de massas e acções violentas, para que não se crie a destabilização, achando, no entanto, que devem marcar uma presença forte, firme, e assim viraram-se para uma concentração, fora das horas de trabalho em recinto fechado.

Esta iniciativa está de acordo com uma reunião geral de sindicatos e conta com o apoio da Associação Académica e de todas as estruturas da Académia, «dade que elas próprias se debatem com problemas

muito graves nas escolas, como os processos de gestão da Universidade».

E prosseguiu: «Sucede que as nossas posições são convergentes, no que diz respeito à necessidade de pôr um travão aos ataques bombistas e à violência reaccionária e ao avanço da direita que se vem processando cada dia com mais incidência, na necessidade de punir severamente e justamente todos os bombistas e todos que atentam contra esta jovem democracia e contra as liberdades fundamentais».

Seguidamente, Carlos Dias inumerou outros pontos de convergência: entre trabalhadores e estudantes, tais como o julgamento dos Pides; a admissão de fascistas sancaados; a defesa da Reforma Agrária; o incontroado aumento do custo de vida; o pagamento do 13.º mês em títulos ao tesouro; os despedimentos legais — afirmando que a lei de hoje sobre este caso é mais severa que a lei xacista, etc.

E aquele dirigente da união dos sindicatos prosseguiu:

«Aproveitaremos ainda essa concentração para nos manifestarmos contra a política de nítida recuperação capitalista que o Governo vem encetando, as transigências que vem fazendo à C. I. P. e à C. A. P. ou seja ao capital nacional e internacional, e a falta de firmeza que tem manifestado nas situações abusiva que o patronato vem tendo, cada vez com mais descaramento, nas relações de contratação colectiva, o que afecta, neste momento, mais de um milhão e meio de trabalhadores».

Finalmente, declarou que iam fazer um amplo trabalho de mobilização, mobilização que a académia fará também, pois que, conforme se disse, ela dá uma colaboração muito estreita àquela iniciativa dos sindicatos «porque também ela sente na pele o efeito duma acção des-governativa».

Not 27/11/76

Assembleia de "Escritórios" aprova verba para a Inter

Trabalhadores de escritórios de Lisboa aprovaram antontem, em assembleia geral, uma proposta em que exigem a direcção a inclusão no orçamento do próximo ano de uma verba destinada ao pagamento de quotas á Intersindical.

suas atitudes divisionistas e incapacidade sindical.

Referendo em Faro

Termina hoje o referendo promovido pela direcção do Sindicato L.re dos Empregados do Escritório de Faro para auscultar a opinião da classe sobre a adesão do sindicato ao grupo da «Carta Aberta».

Entretanto, surgiram dois comunicados de teor semelhante, contestando posição da direcção do sindicato. Assinados por um grupo de sócios de Portimão e pela comissão de luta da mesma cidade, os comunicados acusam a direcção de após ter sido derrotada em sucessivas assembleias locais realizadas nas ultimas «manãs», recorrer a métodos antistatutários como o do referendo, para defesa das posições da «Carta Aberta».

Os autores dos comunicados defendem que «os empregados do escritório de Faro devem recusar qualquer referendo sobre a matéria em causa e exigir a realização de uma AG onde um problema tão importante seja amplamente discutido e na qual se decida através do voto».

Esta decisão é contestada pela direcção, com base nos resultados do referendo do dia 18, que apontaram para a saída do Sindicato da Intersindical. «Como de um sindicato depender dinheiro com um organismo do qual está desvinculado?», comentou um elemento da direcção.

Recordamos que o referendo foi contestado numa reunião geral de sócios por «violar os estatutos do sindicato». Foram também apresentados dois pedidos de impugnação que não obtiveram, ainda, qualquer resposta da parte do Conselho Fiscalizador.

Na proposta aprovada na assembleia de antontem os sócios criticaram «severamente os corpos gerentes do sindicato pelas

27 NOV. 1976

ESCRITÓRIOS DE LISBOA DEIXAM DE COTIZAR PARA A INTERSINDICAL

Por vontade expressa da sua massa associativa, o Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, não pagará qualquer cotização á «Intersindical». Por outro lado, e, segundo um porta-voz da direcção, o «sindicato vai pura e simplesmente deixar de pertencer àquela central, segundo foi decidido numa assembleia geral da classe ao aprovar uma moção naquele sentido.»

Na verdade e comentando o facto, aquele mesmo porta-voz, afirmou: «mas como poderia um sindicato dispendir dinheiro com um organismo do qual está desvinculado.»

A assembleia fora convocada para discussão do orçamento para 1977, contou com a presença de cerca de um milhar de trabalhadores, alguns dos quais aprovaram uma moção no sentido de ser incluída no referido documento uma verba para a «Intersindical», mas, e também segundo o mesmo informador, «a moção não pode ser acatada pela direcção, pois contraria frontalmente a decisão de mais de dez mil trabalhadores, que há dias se pronunciaram de forma inequívoca, pelo abandono da «Intersindical», por parte do seu sindicato».

ESCRITÓRIOS DE LISBOA

Not 27/11/76

Pedida assembleia para destituir dirigentes

A análise da actuação dos corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa e sua eventual destituição é o principal ponto da ordem de trabalhos de uma assembleia geral extraordinária daquele organismo, ontem requerida

em documento subscrito por 231 sócios.

O pedido de convocação foi decidido em reunião geral de sócios daquele sindicato, realizado no passado dia 16, com a presença de cerca de dois mil trabalhadores.

Not 27/11/76

Intersindical contra prisão de sindicalistas argentinos

O secretariado da Intersindical enviou ao presidente da República da Argentina um telegrama de protesto pela recente prisão de Enrique Marino, presidente da Confederação Latino-Americana da Indústria Gráfica e secretário-geral da Federação Argentina dos Trabalhadores da Imprensa, e outros elementos desta Organização, igualmente encarcerados pelo regime Jorge Videla.

Juventude trabalhadora encontra-se amanhã no IST

Not 27/11/76

Realiza-se amanhã, a partir das 10 horas, no Instituto Superior Técnico, o Encontro Nacional da Juventude Trabalhadora dos distritos de Lisboa e Setúbal, com a participação de algumas centenas de jovens delegados das empresas dos referidos distritos.

A participação dos jovens trabalhadores no Movimento Sindical e na elaboração da contratação colectiva são dois dos objectivos a alcançar neste Encontro, além de o debate englobar os problemas que neste momento se põem aos

jovens a nível de empresa, de acesso á cultura, de ocupação de tempos livres. O Encontro terminará com uma sessão de encerramento, Canto Livre e baile.

O Grupo Dinamizador de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul apela á participação activa de todos os vamaradas delegados eleitos nos locais de trabalho, para queo Encontro possa ser de facto um momento de discussão e definição de um programa de acção para a Juventude Trabalhadora».

NO PORTO, EM DEZEMBRO

O Encontro Distrital da Juventude Trabalhadora do Porto efectuar-se-á no dia 19 do próximo mês, talvez na Faculdade de Engenharia daquela cidade, segundo revelaram aos órgãos de comunicação social as comissões de juventude dos sindicatos do Porto. Os objectivos fundamentais do Encontro serão «Mobilização da Juventude Trabalhadora para a defesa dos seus interesses específicos e para as funções

ENCONTRO REGIONAL DOS JOVENS TRABALHADORES

Not 27/11/76

O Grupo Dinamizador de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul divulgou um comunicado apelando á participação activa no Encontro Regional dos Jovens Trabalhadores de Lisboa e Setúbal que, como tem vindo a ser noticiado, se realizará amanhã, no Instituto Superior Técnico.

Os jovens operários têxteis apontam a necessidade de Encontro vir a ser «um momento de discussão e definição de um programa de acção para a juventude trabalhadora».

Seguros do Sul promove referendo sobre o Congresso

Not 27/11/76

O Sindicato dos Seguros do Sul, que abrange também a Madeira e os Açores, promove no dia 9 de Dezembro um referendo, no qual a classe se pronunciaria sobre a participação daquele organismo no Congresso dos Sindicatos.

Para o sufrágio, por voto universal e secreto, haverá urnas naquele dia, das 10 ás 23 horas, em várias localidades do continente e ilhas.

A fim de preparar o acto — para que os votantes nele participem conscientemente —, o Sindicato promoveu ontem á noite, na União dos Comerciantes de Lisboa, um debate sobre as implicações do Congresso. Idêntica iniciativa terá lugar na terça-feira. As conclusões dos dois encontros serão, depois, compiladas pela direcção sindical e divulgadas entre os trabalhadores de seguros do Sul.

«CARTA ABERTA» EM COIMBRA

Not 27/11/76

Inicia-se hoje em Coimbra, á hora em que o nosso jornal já está a circular, mais um plenário dos sindicatos subscritores, e aderentes da «Carta Aberta».

O encontro tem a seguinte ordem de trabalhos: análise global da situação sindical; e linhas de actuação imediata com vista á concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios ocorrentes da «Carta Aberta».

«O GOLPISMO NÃO PASSARÁ»

Diário
27/11/76

Sob o título em epígrafe publicaram alguns elementos da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, no diário «Jornal de Notícias», de 24/11/76, a págs 13, um vómito calunioso, ofensivo e divisionista, um retrato moral dos seus subscritores, a que os dirigentes sindicais de Águeda nele visados dão os seguintes esclarecimentos:

1) Foram os elementos dos corpos gerentes da delegação de Águeda do Sindicato dos Metalúrgicos procurados por um jornalista do jornal operário «o diário» para aquele jornal diário concederem uma entrevista, ao que acederam vindo essa entrevista a lume no dia 6 de Novembro do corrente ano.

2) Os signatários mantêm tudo quanto nela afirmaram por só isso corresponder à verdade, verdade essa que não mais podiam calar em obediência ao mandato que nas últimas eleições tinham recebido dos trabalhadores metalúrgicos sob o compromisso de zelarem pelos seus interesses de classe.

E porque entendiam, e entendem, que os elementos da direcção de Riomeão estão a trair o mandato recebido, não hesitaram em denunciar esses elementos, bem como uma espécie de trabalhador, uma espécie de dirigente sindical, uma espécie de operário, uma espécie de homem que dá pelo nome de Alípio Antunes de Almeida que tanto e tanto tem lesado os interesses dos trabalhadores.

3) Quem dividiu os trabalhadores foi a Direcção do Sindicato através de uma prática retrógrada, reacção e de inteira obediência a forças políticas partidárias estranhas ao Sindicato e não os signatários que se limitaram a denunciar as arbitrariedades, prepotências e prática antidemocrática de alguns elementos da Direcção. Assim:

4) É verdade que delegados sindicais que representavam mais de 80% dos sindicalizados de Águeda assinaram um documento criticando a direcção por ter aderido ao grupelho minoritário, divisionista e provocatório denominado **Carta Aberta**, exigindo a sua imediata desvinculação dessa seita.

Dos 100 delegados sindicais da zona de Águeda assinaram o referido documento pelo menos 85.

É mentira que a direcção não tenha encontrado uma forte, uma fortíssima oposição dos trabalhadores à sua adesão à **Carta Aberta**. Da Rabor, por exemplo, quando tentaram fazer uma sessão de esclarecimento em representação do citado grupelho foram impedidos pelos trabalhadores que nem sequer permitiram que tal sessão começasse, expulsando-os das instalações como cães vadios...

5) É verdade que a Direcção proibiu as reuniões de delegados sindicais dentro das instalações do sindicato confessando agora no vómito pequeno-burguês que estamos a comentar que essas reuniões apenas podem ter carácter formativo, informativo e consultivo. Porque funções deliberativas evidentemente só tem esta "democrática" e pluralista direcção.

Os delegados sindicais segundo a direcção não podem deliberar!
Está tudo dito!

6) É verdade que foram os delegados sindicais que aprovaram por unanimidade a suspensão do dirigente Alípio, em face das sucessivas recusas deste em comparecer nas reuniões de delegados sindicais para prestar contas dos seus feios actos.

7) É verdade que para aderir à **Carta Aberta** a direcção não ouviu sequer todos os seus membros.

Num assunto de capital importância para a vida dos trabalhadores portugueses, 13 decidiram por 23 mil. E desses 13, seis votaram contra!!!

Portanto sete elementos decidiram por 23 mil trabalhadores. Democraticidade à vista!!!

8) É verdade que o dirigente Alípio:

- a) se intitulou a ele próprio homem forte da **Carta Aberta**;
- b) em dois dias e meio de estadia em Lisboa gastou aos trabalhadores 4700\$00, tendo viajado de fogue e tendo-se instalado no Hotel Lucrécia que é um hotel de luxo onde pagou só por dormir 500\$00, à custa dos trabalhadores;
- c) aliciou três dirigentes sindicais, os signatários, para em comum alugarem um quarto em Aveiro para fins inconfessáveis, à custa do sindicato;
- d) não compareceu ao funeral de um delegado sindical com a alegação de que nessa data o referido delegado estava em litígio com o PS;
- e) que corre um inquérito contra o Alípio por este ter atentado contra a honra e dignidade de uma funcionária do sindicato, fazendo-lhe no seu automóvel e no decurso de uma viagem Aveiro-Águeda propostas ilícitas sendo essa funcionária casada e mãe de um filho;
- f) que tentou dividir os trabalhadores distribuindo aos trabalhadores da região de Águeda comunicados da F.D.T. (a misteriosa Força Democrática do Trabalho);
- g) que tentou meter um seu irmão, que em 25 de Abril de 1974 pertencia à A.N.P., como consultor jurídico do sindicato, tendo sido disso impedido... pelos delegados sindicais;
- h) que após ter sido ameaçado de manhã com arma de fogo por um patrão, o proprietário da SIRLA, foi no fim dessa manhã almoçar com esse patrão;
- i) que se serviu de viagens a Aveiro à custa do sindicato para consumir amores ilícitos, gabando-se disso publicamente;

9) É verdade que tendo os dirigentes de Águeda decidido oferecer um ramo de flores ao defunto delegado sindical Augusto Pereira Soares Ferreira que deixou mulher e dois filhos menores, o tesoureiro do sindicato Óscar Soares, que há-de prestar contas do dinheiro que tem gasto em quilómetros e de outras despesas efectuadas, recusou-se a assinar o respectivo recibo.

10) É verdade que a direcção está empenhada na constituição de sindicatos paralelos, ligada que está a organizações fantoches e divisionistas como a **Carta Aberta** e a F.D.T.

11) É verdade que, apesar de o tesoureiro Óscar se deslocar todos os meses a Águeda e por vezes mais do que uma vez por mês, para fiscalizar as contas e com esse exclusivo propósito faltam nesta altura cerca de 90 000\$00 ao sindicato.

12) É verdade que a direcção tem tanto medo dos delegados sindicais que sabendo da sua presença na sede do sindicato chegou a fazer reuniões fora dessas instalações, em casa do "dirigente" Alípio.

13) É verdade que o dirigente Jorge Correia de Sousa foi sumariamente demitido pela direcção das suas funções de coordenador apesar dos delegados sindicais lhe terem manifestado a sua inteira solidariedade e confiança e substituído por elementos da confiança da direcção.

14) É verdade que esta direcção é um grupo manipulado e sem vontade própria, antidemocrática em todos os actos, divisionista e provocatória, que sempre e sempre tem atentado contra a vontade maioritária dos trabalhadores metalúrgicos e cuja presença à frente dos destinos do sindicato não é apenas uma afronta aos trabalhadores portugueses como uma provocação aos trabalhadores de todo o mundo.

PELO CONGRESSO DE TODOS OS TRABALHADORES
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!

Alberto Graça
Jorge Correia de Sousa
Rui França
(dos Corpos Gerentes do Sindicato
dos Metalúrgicos de Aveiro)

1.º Jun 27/11/76

Sindicalistas desavindos não resolvem problemas

O afastamento de representantes sindicais das sessões de trabalho da mesa-redonda para elaboração de um Projecto de Planificação Global do Emprego — que ontem encerrou as suas actividades no Instituto Nacional de Estatística — terá privado os trabalhos do contributo dos representantes das classes mais directamente interessadas nos problemas ali debatidos — as classes trabalhadoras.

Com efeito, após a sessão inaugural, na passada segunda-feira, os dois representantes da Intersindical recusaram sentar-se à mesa de trabalho juntamente com os dois outros representantes dos sindicatos englobados no movimento da «Carta Aberta», não tendo surtido qualquer resultado os esforços feitos para sanar o incidente, já que os representantes da Intersindical reclamavam para esta a legitimidade exclusiva da representação dos trabalhadores.

Esta ausência dos representantes das classes laborais não deixou de ser notada pelos delegados da OIT nas suas intervenções, e não terá servido para mais do que evidenciar a intolerância dos defensores de certos

conceitos, mesmo em efectivo prejuízo das classes que pretendem representar.

Ao encerrar os trabalhos, o ministro do Plano e da Coordenação Económica, dr. Sousa Gomes, que estava acompanhado do secretário de Estado do Planeamento, dr.ª Maria Manuela Silva, reconheceu que os participantes desta mesa-redonda se defrontaram com problemas difíceis e complexos, agravados por uma insuficiente e atrasada documentação estatística.

O dr. Sousa Gomes fez questão de acentuar que é a primeira vez que, em Portugal, se elabora um plano de coordenação socio-económico, a curto prazo, ou mais propriamente, de emergência, e que se entrou desde já na elabo-

ração dos planos a médio e longo prazo, nos quais o problema do emprego tem, forçosamente, profunda incidência para a formulação de uma política socio-económica planificada.

Aludiu, depois, à preciosa colaboração dada aos trabalhos pelos delegados da OIT, possuidores de larga experiência na matéria, e afirmou que a continuação desta colaboração no futuro, será não só útil mas necessária, pois no nosso país, até aqui, tem havido excesso de palavras e de ideias feitas, acerca destes problemas, mas há uma carência real de directrizes precisas resultantes do conhecimento seguro das questões.

Palando ainda do Plano de Emergência que, neste momento, está sendo objecto de discussão na Assembleia da República, Sousa Gomes disse haver a consciência de lacunas e omissões e, sobretudo, do seu difícil ajustamento a modelos consagrados: «Não é um modelo predeterminado, mas nós supomos que é o mais ajustado às realidades da nossa situação económica e social.»

Afirmou a seguir o ministro do Plano que os nossos técnicos irão agora dedicar-se ao estudo e aplicação dos ensinamentos colhidos ao longo destas sessões de trabalho, com vista à inserção dos problemas do emprego no quadro de uma estratégia global de desenvolvimento socio-económico, com o objectivo de estabelecer uma sociedade mais justa — concluindo que «não temos um futuro fácil diante de nós, mas temos a firme determinação de caminhar em frente na consecução dos nossos objectivos.»

PUB.

1.º Jun 27/11/76

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM ASSEMBLEIA DE DELEGADOS SINDICAIS CONVOCATÓRIA

Em conformidade com o art.º 10.º — Anexo I dos Estatutos, convoca-se a Assembleia de Delegados a reunir no próximo dia 9 de Dezembro de 1976, pelas 21 horas, no SALÃO DO INATEL, sito no Campo Emílio Infante da Câmara, em Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 — LEGISLAÇÃO DO TRABALHO.
- 2 — CONGRESSO DOS SINDICATOS.
 - A) Estatutos da Intersindical Nacional;
 - B) Programa de Acção;
 - C) Lei Sindical.
- 3 — DIVERSOS

Santarém, 25 de Novembro de 1976.

A DIRECÇÃO

Camarada:

O Movimento Sindical está a viver um momento particularmente difícil. As razões desta afirmação são por demais conhecidas para que percamos tempo a enumerá-las.

Queremos, contudo, chamar a atenção para um facto em especial — O CONGRESSO DOS SINDICATOS. Este Congresso é um marco importante na história do sindicalismo. Ele pode modificar substancialmente o rumo do Sindicalismo em Portugal.

Aos Delegados cabe um papel importantíssimo na vida dos Sindicatos. Eles actuam como elementos de ligação entre as Direcções dos Sindicatos e os trabalhadores por eles representados. A eles lhes compete representar o Sindicato nos locais de trabalho, informar os trabalhadores da actividade Sindical e estimular a participação activa dos trabalhadores na vida Sindical.

Por tudo isto, camarada, esperamos que não faltes a esta Assembleia. O que é de todos por todos deve ser resolvido. Não deixes que os outros resolvam os teus problemas, assume as tuas responsabilidades.

COMPARECE. DISCUTE. PARTICIPA.

NOTA: O Sindicato suportará todas as despesas que efectuares para participares nesta Assembleia. Se tiveres meio de transporte, trás os que não têm. Se não tiveres contacta com o que têm.

1.º Jun 27/11/76

INATEL: «desde 1974 ao serviço de um partido demagógico»

Na sede do INATEL decorreu uma conferência de Imprensa, na qual estiveram presentes os delegados do Ministério do Trabalho naquele organismo, Dórtio Guimarães e Lobo César.

Na exposição que fizeram aos jornalistas, os referidos delegados acentuaram ser clara a sua posição no INATEL, afirmando que o mesmo, desde Outubro de 1974, tem estado «ao serviço de um partido demagógico que tantas crises tem feito sofrer ao Povo português depois do 25 de Abril.

Adiantaram: «Ao virmos para a comissão administrativa do INATEL, nomeados pelo Ministério do Trabalho, sabíamos, perfeitamente, que as nossas intenções, intransigentemente democráticas, iam ser desafiadas.»

Proseguiram, afirmando: «Generosamente, assumimos a nossa missão, que é a de implantar um viver e um trabalho livres ao serviço da totalidade dos trabalhadores portugueses e não só de alguns.»

«Esta a nossa luta — acrescentaram. Por isso o impasse que no INATEL se verifica. Não cedemos um ponto dos nossos objectivos. Este organismo não serve partidos nem a Intersindical. Serve o Povo português que, maioritariamente, acolheu o 25 de Abril de 74 e se pronunciou, inequivocamente, em 25 de Abril de 75.

«O Governo constitucional, com o qual nos identificamos, plenamente, sabe que nós, delegados do Governo no INATEL, somos os lídimos defensores da democracia portuguesa. Quem não entendeu esta força livre que nos anima, não está a fazer nada no INATEL.»

Carta Aberta em Coimbra

1.º Jun 27/11/76

Reúne-se este fim-de-semana em Coimbra, o plenário dos sindicatos subscritores e aderentes da «Carta Aberta», com a seguinte ordem de trabalhos: análise global da situação sindical; linhas de actuação imediata com vista à concretização, através da participação activa dos trabalhadores portugueses, dos princípios decorrentes da «Carta Aberta».

Pensa-se que no encontro seja discutida uma proposta de alternativa para a reformulação do movimento sindical, que se deverá basear numa verticalização democrática, aberta à participação de todos os trabalhadores.

1.º Jun 27/11/76

PROJECTO DE LEI SOBRE CONTRATAÇÃO COLECTIVA APRESENTADO PELA «INTER»

O Secretariado da Intersindical e a Comissão de Associados Sindicais apresentaram aos órgãos do poder e aos grupos parlamentares do Partido Socialista e do Partido Comunista, um projecto de lei sobre contratação colectiva, no seguimento de deliberação tomada pelo movimento sindical e de acordo com um comunicado divulgado, após profunda discussão pelos trabalhadores e pelas associações sindicais.

O aludido projecto de lei sobre contratação colectiva visa a revogação do Decreto-Lei 164-A/76, e a aprovação de legislação que de cumprimento à Constituição, radicalmente diferente dos projectos anti-operários do Governo. Preconiza ainda a proposta, que o projecto de lei em questão de cumprimento à Constituição, salvaguardando os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores, porquanto o documento foi apresentado — salienta o comunicado da «Inter» — ao abrigo do direito de participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, reconhecido pela constituição.

O mesmo documento sublinha que o Partido Comunista Português tomou já a decisão pública de fazer seu o projecto, apresentando-o, para o efeito, à Assembleia da República, e que o Secretariado da Intersindical «continuará a desenvolver diligências junto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a fim de que este adopte idêntica atitude.

1.º Jun 27/11/76

NO PALÁCIO DE CRISTAL JORNADA DE LUTA DOS TRABALHADORES DO PORTO ORGANIZADA PELA INTERSINDICAL

Está marcada para hoje, sábado, pelas 15h30, no Palácio de Cristal, uma jornada de luta dos trabalhadores do Porto, promovida pela União de Sindicatos e outras organizações de trabalhadores desta cidade, jornada essa que propugna «pela saída e cumprimento dos contratos colectivos de trabalho», «contra os despedimentos», «pele pagamento integral do 13.º mês», «contra os ataques às organizações sindicais» e «pela defesa e unidade do movimento sindical».

EM LISBOA, PORTO E COIMBRA

ACÇÃO DE MASSAS CONTRA POLÍTICA ANTIOPERÁRIA

● SINDICATOS, ORGANIZAÇÕES POPULARES E PARTIDOS APOIAM CONCENTRAÇÕES

Os trabalhadores vêm à rua hoje, em Lisboa, no Porto e em Coimbra, para protestarem contra as medidas de recuperação capitalista preconizadas ou toleradas pelo Governo.

Num amplo movimento unitário, a quase totalidade dos sindicatos daqueles três distritos e também de Setúbal e outras regiões, dezenas e dezenas de comissões sindicais e de trabalhadores, bem como outras organizações

populares de base aderiram ao chamamento das uniões e federações de sindicatos, da CIL e da CIS para manifestarem, em concentrações poderosas de massas, o seu repúdio pelo congelamento da contratação colectiva, pela escalada de despedimentos e pelo pagamento do 13.º mês em títulos. A defesa da Reforma Agrária, da segurança no trabalho e da melhoria das condições de vida dos

trabalhadores serão também palavras de ordem.

Juntando-se às organizações representativas dos trabalhadores, a comissão pró-uniidade dos pequenos e médios empresários de Lisboa deu também o seu apoio às concentrações, protestando contra o pagamento em títulos do 13.º mês, o que, em seu entender, e como advertiu o próprio Movimento Sindical, não pode deixar de causar sérios problemas aos pequenos

e médios comerciantes.

Também a União dos Jovens Comunistas (UJC), a União dos Estudantes Comunistas (UEC) e a Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português (DORL) anunciaram que apoiam as concentrações porque, «perante a ofensiva do patronato e das forças reaccionárias visando pôr em causa as conquistas da revolução, face aos planos de recuperação capitalista e agrária, postos em prática pelo Governo, as massas trabalhadoras devem mostrar, mais uma vez, a sua decisão de defender as conquistas da revolução».

As concentrações iniciam-se todas às 15 horas: no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, no Palácio de Cristal, no Porto, e no pavilhão dos Olivais em Coimbra. (Editorial na pág. 3 e noticiário na pág. 9).

EM LISBOA, NO PORTO E EM COIMBRA

Trabalhadores protestam na rua contra recuperação capitalista

Os trabalhadores portugueses descem hoje às ruas, em Lisboa, no Porto e em Coimbra, para protestarem contra as medidas de recuperação capitalista tomadas ou permitidas pelo Governo.

Contra o congelamento da contratação colectiva, contra os despedimentos, pelo direito ao trabalho, pela Reforma Agrária e contra o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, num amplo movimento unitário, praticamente todas as organizações sindicais dos três distritos acima referidos e ainda de Setúbal aderiram à convocação para as concentrações às 15 horas, no Estádio 1.º de Maio em Lisboa,

no Palácio de Cristal no Porto e no pavilhão dos Olivais, em Coimbra. A Intersindical Nacional, Confederação Geral dos Trabalhadores, as uniões de sindicatos dos distritos onde decorrerão as concentrações, federações sindicais e muitas dezenas de sindicatos e de comissões sindicais, subscrevem, no seu conjunto, as palavras de ordem previstas para as concentrações, convocadas como «aviso» ao Governo e como alerta contra a ofensiva da direita reaccionária.

Uniões sindicais de outros distritos aderiram, igualmente, apelando aos trabalhadores que representam para que compareçam em massa. Assim aconteceu, por exemplo, com

as uniões de Santarém, Évora, Guarda e Braga (distritais) e Torres Novas (local), e também, naturalmente, com a de Setúbal, uma das promotoras da concentração. Organizações sindicais de diversas tendências associaram-se, uma vez mais, na luta pelos interesses concretos dos trabalhadores.

A nível de comissões de trabalhadores a adesão é igualmente significativa: praticamente todas as grandes empresas das cinturas industriais de Setúbal, Lisboa e Porto, bem como dezenas e dezenas de empresas de menor dimensão económica, através das respectivas comissões representativas, anunciaram a adesão às

concentrações.

Nas cinturas de Lisboa e Setúbal, além dos secretariados das comissões de trabalhadores, CIL e CIS, que promovem a concentração no Estádio 1.º de Maio, anunciaram a sua adesão, para só citar algumas das mais significativas, as CT's da Sorefame, da Cometa, da CUP, da Siderurgia Nacional, da Construtora Moderna, da Progresso Industrial, da Setenave, da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, Fábrica Aliança, da Guide-Artes Gráficas, da Covina, do Ar Líquido, da Mage, da Pardal Monteiro, da cooperativa «Unidade no Trabalho» (Almada), da Motra, da EIP, da Fábrica

Portugal e da Corame. Também aderiu a comissão coordenadora das CT's do concelho de Almada, que representa os trabalhadores, entre outras empresas, da Lisnave, H. Parry & Son, Arsenal do Alfeite, Companhia Portuguesa de Pescas, Sociedade Reparadora de Navios, Transul, Serviços Municipalizados, Pão de Açúcar e Rankins.

Organizações populares de base, comissões de moradores, associações recreativas e culturais aderiram também, da mesma forma que diversas comissões de jovens trabalhadores a funcionarem no âmbito de organizações sindicais e empresas.

Conforme já tivemos oportunidade de noticiar, também as organizações de trabalhadores que convocam as concentrações de Lisboa, Porto e Coimbra tomaram posição quanto aos problemas criados aos pequenos e médios comerciantes pelo pagamento em títulos do Tesouro de parte do 13.º mês. O secretariado da Intersindical Nacional tinha, já anteriormente, levantado a mesma questão.

No Porto, às mais de 40 organizações sindicais que convocaram a concentração no Palácio de Cristal também já se juntaram muitos outros

sindicatos, federações e comissões sindicais.

A nível de empresas, uma grande mobilização para a manifestação desta tarde tem vindo a ser feita pelas comissões de trabalhadores, nomeadamente as das empresas de maior envergadura.

Tal facto é referido num comunicado do secretariado da União dos Sindicatos /Intersindical, onde se reafirmam os objectivos da concentração: «a saída e cumprimento dos contratos colectivos de trabalho, a luta contra os despedimentos, o pagamento integral do 13.º mês, a defesa das organizações sindicais e a luta pela unidade do Movimento Sindical».

PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS APOIAM

Juntando-se às organizações representativas dos trabalhadores — rurais, de serviços, da produção industrial — a comissão pró-uniidade dos pequenos e médios empresários de Lisboa decidiu igualmente apoiar a concentração no Estádio 1.º de Maio.

Num comunicado ontem divulgado, a comissão de pequenos e médios empresários afirma não poder deixar de se solidarizar com o apelo de todos os trabalhadores para que o 13.º mês seja «como habitualmente pago em dinheiro». Depois de lembrar que a diminuição do poder de compra das camadas trabalhadoras vai, na prática, criar dificuldades às pequenas e médias empresas comerciais, a comissão pró-uniidade apela para a comparência em massa de todos os comerciantes.

Num manifesto anteriormente publicado, a USP/Intersindical garantia já que «os trabalhadores saberão responder com serenidade e firmeza a esta ofensiva do patronato, conscientes de que a luta contra o agravamento das suas condições de vida e trabalho é inseparável da consolidação do regime democrático, da defesa e cumprimento da Constituição».

Além da quase totalidade dos sindicatos do distrito, apoiaram a concentração no Palácio de Cristal, entre outras, as comissões sindicais ou de trabalhadores da JJ Gonçalves, Supermercados Nutripol e Pão de Açúcar, Rolsol (Tanger), F. Ramada, Eurofer, Oliveira e Figueirinha, Francor, Malhas Mara, Desco, Uniteca, Secca, Alumínia, Inova, António Sardinha. Também já apoiaram a concentração o secretariado das intercomissões de moradores, de trabalhadores e de outros órgãos de vontade populares e de base do concelho de Matosinhos, as comissões de moradores de Ramalde do Meio, Requesende, Corujeira, Camões Sul, Bonjardim Zona, Santo Ildefonso e secretariado da assembleia popular de Gondomar.

A concentração de Coimbra, que decorrerá no pavilhão dos Olivais, conta, por seu turno, com o apoio de diversos sindicatos e federações sindicais da zona centro e comissões de trabalhadores. A iniciativa da concentração é do secretariado da União dos Sindicatos e da direcção-geral da Associação Académica da Universidade.

CONCENTRAÇÕES DE TRABALHADORES CONTESTAM POLÍTICA LABORAL DO GOVERNO

1
Cenvel - 27/11/76

COMO forma de expressão da luta contra o congelamento das contratações colectivas, as alterações à lei dos despedimentos, o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, a inflação, a «recuperação capitalista» e «ofensiva reaccionária», e ainda em defesa da reforma agrária e «pelo direito ao trabalho», realizam-se, esta tarde, em Lisboa, no Estádio 1.º de Maio, no Porto, no Palácio de Cristal, e em Coimbra, no pavilhão gimnodesportivo dos Olivais, grandes concentrações convocadas pela Inter-sindical, várias federações, uniões, organismos sindicais e comissões de trabalhadores de todo o País.

Num comunicado da União dos Sindicatos de Santarém, o movimento sindical e as estruturas coordenadoras das comissões de trabalhadores das cinturas industriais de Lisboa e Setúbal, apoiados nas conclusões do recente Encontro Nacional sobre Legislação do Trabalho, irão «dar uma resposta de massas àquelas questões, e levantar, em unidade, uma barreira firme e eficaz à actuação contrária aos interesses e anseios das massas populares e dos trabalhadores».

Por seu turno, a comissão distrital de Lisboa dos G.D.U.P., afirma: «É dever dos revolucionários estar lá no seio das massas e defender alternativas concretas de luta, transformando a concentração numa manifestação vigorosa dos trabalhadores.» E mais adiante: «Se a concentração servir só para ouvir discursos e provar moções, estaremos a traír a causa dos trabalhadores que estão fartos de só dizer que isto assim está mal, e querem construir a muralha de unidade popular capaz de barrar o cami-

o e colaboram activamente para transformar a jornada do dia 27 de Novembro numa grande manifestação de luta e unidade dos trabalhadores portugueses por alguns dos seus mais importantes direitos e conquistas».

O Ministério do Trabalho decidiu recorrer à via administrativa para solucionar o conflito laboral que, há algum tempo, se arrasta no sector têxtil, devido ao contrato colectivo vertical que os sindicatos ligados ao ramo pretendem

Ontem, no Ministério do Trabalho decorreu a última tentativa de conciliação prevista, tendo igualmente falhado a mediação e a arbitragem.

Face ao impasse assim surgido, o secretário de Estado do Trabalho exarou um despacho criando uma comissão técnica para proceder «no mais curto prazo possível», aos estudos preparatórios que possibilitem a elaboração de uma portaria que regulamente e defina as relações de trabalho para o sector têxtil.

Em contacto com a Federação dos Sindicatos Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal, podemos saber que já está marcada para o dia 3, às 10 e 30, a primeira reunião da comissão técnica.

Entretanto, numa reunião efectuada em Coimbra, na semana transacta, os sindicatos interessados concederam um prazo de 15 dias ao Governo, a partir de

ontem, para publicação da portaria em causa.

A «mobilização da juventude trabalhadora para a defesa dos seus interesses específicos» e a sua «preparação para o desempenho das funções que lhe caberão, nomeadamente ao nível sindical», são os dois objectivos primeiros do Encontro Distrital da Juventude Trabalhadora do Porto, a realizar no dia 19 do próximo mês de Dezembro, possivelmente na Faculdade de Engenharia daquela cidade.

A efectivação desse encontro nasceu num plenário da União dos Sindicatos do Porto, em que as comissões de juventude existentes nos vários sindicatos do distrito decidiram «arrancar com o trabalho de dinamização e promoção», tendo em conta «o grande número de problemas que afectam especialmente a juventude trabalhadora».

Ontem, em conferência de Imprensa realizada nas instalações da U. S. P., a comissão organizadora provisória desse encontro especificaria alguns daqueles problemas: a falta de apoio às suas iniciativas culturais, desportivas e recreativas; a falta de meios para o aproveitamento necessário dos tempos livres; a falta de estruturas para a sua promoção cultural e profissional; as difíceis condições em que os trabalhadores-estudantes frequentam os estabelecimentos de ensino; a continuação da exploração da mão-de-obra infantil; o elevado grau

de desemprego que afecta a juventude; e as discriminações salariais devido às diferenças de idade ou de sexo.

«Com a nossa serenidade, organização e firmeza, saberemos fazer ver ao Governo que a «semana inglesa» e o descanso ao domingo são conquistas irreversíveis, contra as quais é inútil investir» — salientaram ontem os trabalhadores do comércio do distrito do Porto, reunidos em plenário de emergência convocada pelo seu Sindicato, com o objectivo da classe se pronunciar sobre um ofício dos Ministérios do Trabalho e do Turismo, em que se dava como hipótese possível o recomeço do trabalho ao sábado de tarde e, em certos casos, ao domingo de manhã.

Esse ofício foi enviado à Federação dos Sindicatos do Comércio, para saber a opinião dos seus associados. No Porto, os caixeiros esgotaram as instalações do seu organismo de classe, transbordando mesmo para a rua, de onde muitos acabaram por escutar o curso das várias intervenções feitas, através de amplificação sonora para o efeito montada. No final dessas intervenções, seria apresentada, e aprovada por aclamação, uma proposta que afirma a posição acima referida, considerando que a «semana inglesa» constitui «uma das maiores conquistas dos trabalhadores do comércio», a qual é defendida ainda «pela esmagadora maioria dos pequenos e médios comerciantes».

CONGRESSO DOS SINDICATOS Ferroviários do Norte discutiram estatutos

Prosseguindo a análise e discussão que vem sendo feita a nível de sindicatos e de empresas sobre os Estatutos do Congresso de Todos os Sindicatos, que terá lugar em Janeiro próximo, efectuou-se ontem na sede do Sindicato dos Ferroviários do Norte de Portugal mais uma reunião em que a Lei Sindical e o programa elaborado pela Comissão Organizadora do Congresso foram também objecto de atenção.

Já distribuído, em número de muitos milhares, o projecto dos estatutos será enriquecido

com as alterações resultantes da discussão feita pelos trabalhadores, as quais deverão ser enviadas à Comissão Nacional Organizadora do Congresso (C. N. O. C.) até ao dia 28 de Dezembro.

A reunião dos ferroviários, que se debruçou igualmente, sobre o trabalho neste campo das comissões de trabalhadores, salientou o facto destas poderem enviar observadores ao Congresso para o que os respectivos sindicatos deverão fazer a sua inscrição até 14 de Dezembro.

DL
27/11/1976

INOS ESCRITÓRIOS Sócios requerem assembleia

Diário 27/11/76

Foi ontem entregue ao presidente da mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa um documento subscrito por 231 sócios, e no qual se requer a realização de uma Assembleia Geral Extraordinária para se discutir e decidir sobre a eventual destituição dos corpos gerentes. O pedido de convocação da

Assembleia surge na sequência da anterior decisão no mesmo sentido tomada por cerca de 2000 trabalhadores, na Reunião Geral de Sócios efectuada, no passado dia 16, no Instituto Superior Técnico.

É a seguinte a ordem de trabalhos para a reunião: 1. análise da actuação dos corpos gerentes e sua eventual destituição; 2. eleição de uma Comissão Directiva Provisória.

Opção 28/11/76

A assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e do Comércio do distrito de Aveiro, realizada no Pavilhão do Beira Mar, apenas com a participação de cerca de mil pessoas (908, segundo nos informou o próprio Sindicato, a partir dos livros de presenças) e que teria como ordem de trabalhos a análise da actuação da direcção; análise da legislação anti-operária e antitrabalhadores e posição do Sindicato face ao Congresso de todos os Sindicatos, viria a terminar alguns minutos depois da meia-noite, sem que algo tivesse sido decidido.

Na realidade, a chamada dos associados que pediram a convocatória da referida assembleia (num número de duzentos e nove) originou que os trabalhos se iniciassem cerca das 23 horas, altura em que foram presentes cinco requerimentos à mesa, alguns dos quais requeriam que a assembleia viesse a terminar os seus trabalhos pelas 24 horas, o que viria a ser aprovado por maioria. Aliás, um outro, onde se requeria que os trabalhos terminassem pela uma hora da madrugada e que a assembleia fosse suspensa e continuasse em data oportuna com a restante ordem de trabalhos, seria fortemente assobiada e nem sequer chegou a ser votada. Logo a seguir, outro requerimento seria presente à mesa, no sentido de a ordem de trabalhos ser alterada: a análise da actuação da direcção passou a ser o último ponto, e a posição do Sindicato face ao Congresso de todos os Sindicatos o primeiro.

Eram praticamente 23 horas quando isto se verificou. A seguir, apresentaram-se duas propostas, onde se propunha a participação do Sindicato no Congresso, sem que tal significasse uma aderência à Intersindical. O ambiente que se vivia — que levou inclusivamente um orador a afirmar «isto é uma vergonha, é uma indignidade, é melhor irmos todos embora» — motivou, inclusivamente, que uma das propostas nem sequer fosse votada e a outra, a de Luís Rebocho, tivesse duas votações, já que, depois da primeira, o presidente da mesa diria que «talvez nem todas as pessoas tivessem percebido bem a proposta». Mais tarde, requereu e contagem de votos, face a dúvidas na votação, o que não se chegou a realizar. No período de discussão da proposta fizeram-se várias intervenções fortemente assobiadas (e aqui e ali aplaudidas), enquanto um sector da assembleia agitava um cartaz com «Sim à Carta Aberta».

Pouco depois da meia-noite, e sem que nada fosse resolvido (antes o presidente da mesa diria que faltava um minuto para as 24 horas), a mesa daria por encerrado os trabalhos da seguinte forma:

«Colegas: como ficou combinado que era até à meia-noite e já passa da hora, acabou esta assembleia».

A finalizar, diga-se que esta assembleia extraordinária convocada por duzentos e nove pessoas tinha como ponto principal a discussão da actuação da direcção do Sindicato.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO DO DISTRITO DE AVEIRO

● NEGAÇÃO DO SINDICALISMO EM ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

Opção 28/11/76

«Isto é vergonhoso! O que se está aqui a passar é vergonhoso. Acabam com as habilidades ou, então, vamos para casa dormir, que fazemos melhor figura...», afirmou o 2.º sócio que se conseguiu fazer ouvir, cerca das 23h30 da noite da passada sexta-feira, no decorrer de uma assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e do Comércio do Distrito de Aveiro.

Como ponto principal e primeiro da ordem de trabalhos, a discussão da actuação da direcção daquele Sindicato, contestada por um grupo de 209 associados que requereram a assembleia extraordinária. Seguem-se mais dois pontos: a análise da legislação antioperária e antitrabalhadores e, por último, a posição do Sindicato face ao congresso de todos os Sindicatos.

Com início marcado para as 21 horas, pelas 22h30 procedia-se, ainda, à chamada, pela segunda vez, dos sócios subscritores do requerimento para a efectivação daquela assembleia geral extraordinária e que confirmou a presença ali, no Pavilhão do Beira-Mar, de 109 dos 209 associados que assinaram o requerimento.

Por outro lado, dos cerca de 9 000 sócios daquele Sindicato e segundo o registo dos livros de presença, apenas dez por cento — ou seja, 908 — compareceram à assembleia.

Dois requerimentos

Adiante-se, desde já, dois por menores, que iriam influenciar decisivamente o decorrer da sessão: primeiro, as assobiadas e apupos dirigidos aos sócios subscritores, quando se procedia, ainda, à sua chamada. Em segundo lugar, o facto de, pelas 23 horas, altura em que se iniciava, na realidade, a assembleia, dois requerimentos, um a seguir ao outro, terem sido apresentados à mesa e, de seguida, votados e aprovados pelos associados: o primeiro marcava o termo da assembleia para as 24 horas — ficava, portanto, uma hora para discutir pontos importantes, como os apresentados na ordem de trabalhos — e, o segundo requerimento, passava

o 1.º ponto — discussão da actuação da Direcção, que foi a razão de ser da convocação da assembleia geral extraordinária — para terceiro lugar, passando o 3.º — que dizia respeito ao Congresso de todos os Sindicatos — para discussão imediata.

Alterada, deste modo e «democraticamente», como seria lembrado por um dos associados —, a ordem de trabalhos, surgiram, de imediato, novos requerimentos e, depois, algumas propostas sobre o ponto 1.º (posição do Sindicato face ao Congresso de todos os Sindicatos), atingindo-se as 23h30 com votações sobre a aceitação de duas das propostas e sem que, até aquela hora, se tivesse discutido qualquer assunto. Aliás, quando se fez ouvir a voz do 3.º associado a usar da palavra — já que o segundo mal se conseguiu ouvir, face aos constantes assobios e insultos — eram já 23h45: faltavam, portanto, 15 minutos para o termo dos trabalhos.

E, assim, com um sector da assembleia a gritar «Carta Aberta, Carta Aberta», sem que o assunto estivesse em discussão, chegou-se às 24 horas. O barulho era ensurdecedor: gritos de «Carta Aberta» e de «está na hora», misturavam-se, sem que fosse possível pôr «ordem» à assembleia. Da mesa dos trabalhos, entretanto, gritava-se «ainda falta 1 minuto!»

Péssimo exemplo de sindicalismo

Finalmente, cinco minutos depois das zero horas, o presidente da assembleia, a muito custo, fez ouvir a sua voz, para dizer que, conforme fora aprovado no início, os trabalhos estavam terminados, pois já era meia-noite. E, quando quis dizer que a próxima assembleia «ficaria marcada para...», já não conseguiu acabar a frase.

A concluir, diremos, apenas, que nada se fez, nada se resolveu. A assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores de Escritório e do Comércio do Distrito de Aveiro, constituiu um péssimo exemplo de sindicalismo. Melhor: a negação do que pode e deve ser o sindicalismo.

Reformulação dos sindicatos por sectores de actividades

— Recusa de formação de segunda central sindical

Vinte e cinco sindicatos afectos à «Carta Aberta» estão desde ontem a discutir em Coimbra a reformulação do movimento sindical horizontal, uma das linhas de actuação propostas pela Comissão de Redacção.

Pretende-se, assim, consilidar e alargar uma base de apoio que se opunha à política «golpista» de pseudo-verticalizações defendidas pela Intersindical.

A reformulação preconizada deve fazer-se através da integração, segundo processos democráticos e amplamente participados dos actuais sindicatos em novas organizações sindicais por indústrias ou sectores de actividade.

Segundo a Comissão de Redacção aquela tarefa deverá considerar-se um objectivo a concretizar a médio prazo, dada a complexidade dos trabalhos que envolve. Ela carece de uma prévia definição dos respectivos sectores, do recurso a acções sistemáticas e planeadas de informação e formação sindical para que tal organização resulte autónoma, democrática e unitária «poderosa frente ao capital e actuante e eficaz quanto à intervenção a assumir na construção de uma sociedade nova que responda às aspirações comuns da larga maioria dos trabalhadores portugueses».

A Comissão de Redacção avança entretanto, com um contributo para a definição dos sectores de actividade que formarão os sindicatos verticais, agrupando por exemplo, agricultura, pecuária e curtumes; indústrias extractivas e energia; cimentos cerâmica, vidros e complementares; indústrias químicas e de borracha; comunicação imprensa, artes gráficas e editoriais.

A reformulação sugerida seria coordenada pela Comissão de Redacção e pelas Comissões Distritais dinamizadoras dos princípios decorrentes da «Carta Aberta», iniciando-se as actividades pela formação de grupos interprofissionais a nível de distrito, até abrangerem a extensão de cada uma das áreas que venham a ser definidas.

Nas duas intervenções já havidas acerca deste assunto, nota-se uma certa controvérsia. O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa sugere, por exemplo, que, a par desta proposta se diga aos trabalhadores por que surge ela e quais os seus objectivos concretos.

SITUAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

O encontro dos sindicatos afectos à «Carta Aberta» iniciou-se cerca das 16 horas de ontem num dos anfiteatros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No primeiro ponto da ordem de trabalhos (Análise da situação actual), foi debatido um primeiro documento apresentado pela Comissão de Redacção, onde se fazia um breve historial do movimento sindical português até à organização daquilo que é chamado o «II Congresso da Intersindical». Aliás sobre a participação ou não neste congresso, discutiu-se amplamente durante a sessão de ontem, embora só hoje sejam votadas propostas sobre o assunto. Algumas direcções são de opinião de que se deve participar no congresso, não para dar o aval ao novo secretariado da Inter, mas para ali se fazer a denúncia da prática antidemocrática e antioperária do Secretariado.

Outras rejeitam, à partida, essa participação.

O primeiro documento da Comissão de Redacção foi considerado com lacunas que hoje devem ser preenchidas com algumas contribuições, nomeadamente no que respeita à definição bem vinculada de que os sindicatos democráticos não desejam integrar-se num aparelho dominado por um partido «neste caso o PCP» nem consentir uma central paralela.

Lê-se, a propósito, no documento apresentado pela Comissão de Redacção, que a realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade que construa a verdadeira Central Sindical Única, autónoma, democrática e independente, onde ninguém é alheio aos verdadeiros anseios dos trabalhadores, possa permanecer, e onde só os interesses destes, independentemente de objectivos partidários específicos, possam determinar a acção. Fiéis aos princípios decorrentes da «Carta Aberta» continuamos — dizem os elementos da Comissão de Redacção — a afirmar que não aceitamos a estrutura sindical dominada hegemonicamente por quem quer que se julgue no direito de a dominar. A única soberania que aceitamos é a dos interesses gerais dos trabalhadores e por estes determinados.

Contra os ataques da direita — continua o documento — ou contra os golpes do PCP/Intersindical — continua o documento — a nossa organização à volta dos objectivos profundos dos trabalhadores é fundamental como a resposta adequada e a única possibilidade de avanço para a sociedade que pretendemos construir.

Lê-se ainda que «não temos dúvidas de que a Intersindical virá a avançar na realização do seu II Congresso. Com ele pretenderá afirmar que a esmagadora maioria dos trabalhadores é por ela representada, e menos que os trabalhadores se movimentem e provém de forma inequívoca que não aceitam a dominação daquela corrente política-sindical. Aos sindicatos que não participam no congresso não temos dúvidas também que a Intersindical e o seu aparelho tentarão isolá-los, nomeadamente na contratação colectiva, ponto sensível aos trabalhadores em geral, tratando de demonstrar que só ela pode defender os interesses de todos».

Aliás, este aspecto da contratação colectiva seria referido várias vezes por várias intervenientes no debate onde denunciaram o facto da Inter tentar mobilizar os trabalhadores através do dinheiro, isto é, usando para isso a contratação colectiva.

Lê-se ainda no documento apresentado pela Comissão de Redacção que as alternativas residem ou na integração numa estrutura dominada por um partido político e ao seu serviço ou na batalha pela construção da estrutura unitária que possa afirmar-se e representar, de facto, todos os trabalhadores portugueses.

Alerta aquela Comissão de Redacção que é provável que após o congresso dos sindicatos, os sindicatos que não participem venham a ser influenciados no sentido de formar uma central paralela. Esta é a opção que interessa a todos aqueles que não querem a unidade dos trabalhadores, daqueles que

o dizem claramente, os reacçãoários ou daqueles que objectivamente, lhe fazem o jogo, porque da unidade têm um conceito parcial que não corresponde ao conceito geral».

Aliás, durante o debate, vários oradores sublinhariam que não pretendem de modo algum constituir uma central sindical paralela mas contribuir para a construção da Central Sindical Única, autónoma, democrática e independente.

Os debates prosseguem hoje à volta dos dois documentos esperando-se que do encontro saiam definidas posições, não só em relação ao Congresso dos Sindicatos que a Inter pretende realizar em Janeiro próximo, mas também no que respeita à actuação futura dos sindicatos afectos à «Carta Aberta».

fruct
28/11/76

SINDICATOS DA «CARTA ABERTA» — NÃO À HEGEMONIA DE PARTIDOS

Vinte e quatro sindicatos aderentes aos princípios da «Carta Aberta», iniciaram, ontem, em Coimbra, na Faculdade de Letras, um encontro que tem como objectivos fundamentais a definição de uma estratégia sindicalista.

Estiveram presentes delegados dos organismos dos Escritórios de Lisboa, Panificação de Faro, Engenheiros Técnicos do Norte, Bancários do Norte, Bancários do Sul e Ilhas, Hotelaria do Porto, Vila Real e Bragança, Vidreiros de Aveiro, Ajudantes e Despachantes, Cerâmicos de Aveiro, Escritórios do Porto, Braga e Coimbra, Comércio de Lisboa, Técnicos de Topografia, Professores de Lisboa, Técnicos de Vendas de Lisboa e Porto, Escritório e Comércio de Leiria, Seguros do Norte, Fogueiros do Sul, Seguros do Sul, Comissão Pró-Sindical da Câmara Municipal de Lisboa e Rodoviários e Garagens de Porto, Aveiro e Braga.

Depois de Vitor Gonçalves (Bancários do Sul) ter feito a história dos acontecimentos que precederam a nomeação da comissão para o Congresso de todos os Sindicatos, verberando o comportamento da Intersindical por sempre se ter furtado ao diálogo, criticou o teor especulativo dos comunicados do Secretariado da Central de trabalhadores. Na circunstância, reforçou os objectivos dos sindicatos aderentes aos princípios da «Carta Aberta» que, afirmou, não pretendem criar uma estrutura

paralela, mas sim criar um organismo efectivamente representativo da esmagadora maioria dos trabalhadores.

José Luis Gaspar, dos Escritórios de Lisboa, fez depois uma longa exposição onde foi analisada a situação do movimento sindical português, documento que depois serviria de base ao debate dos vários sindicalistas. Fazendo breve resenha, desde o fascismo aos nossos dias, do que tem sido a actividade sindical, aquele membro do Secretariado, deteve-se em considerações de várias ordens, todas visando a crítica ao que considerou procedimento antidemocrático da Inter, controlada pelo PCP, espalhando toneladas de papel, de forma a construir um aparelho burocrático que, controlando dirigentes, se afirma representativo dos interesses dos milhões de trabalhadores e não responde aos seus anseios.

No documento afirma-se ser condição essencial à modificação das estruturas uma ampla organização unitária, pelo que os subscritores da «Carta Aberta» rejeitam a hegemonia de qualquer partido e não pretendem criar estruturas paralelas.

A discussão deste primeiro ponto demorou cerca de três horas, sendo o documento considerado por algumas direcções incompleto, pelo que, de acordo com as sugestões, irá ser corrigido para uma redacção definitiva. Procuramos,

num quadro solto, dar conta das afirmações mais importantes.

Iniciou-se depois a discussão do segundo ponto da ordem dos trabalhos: — «Linhas de actuação imediata com vis-

«SOMOS OS LÍDIMOS DEFENSORES DA DEMOCRACIA PORTUGUESA»

fruct - 28/11/76

— dizem delegados do MT no INATEL

Os delegados do Ministério do Trabalho na Comissão Administrativa do INATEL, Dórdio Guimarães e major Lobo César, reuniram-se com os representantes dos órgãos da Informação a quem manifestaram a sua posição perante o impasse e a crise que se vive naquele organismo devido ao antagonismo de posições existente em relação aos delegados dos trabalhadores, indicados pela central sindical.

Considerando clara a sua posição, os dois delegados do Ministério do Trabalho acentuaram que o INATEL desde Outubro de 1974 tem estado ao serviço de um «partido demagógico» que «tanto tem feito sofrer ao povo português

depois do 25 de Abril». «Ao irmos para a comissão administrativa do INATEL, nomeados pelo Ministério do Trabalho — acrescentaram — sabemos perfeitamente que as nossas intenções, intransigentemente democráticas, iriam ser desafiadas. Generosamente assumimos a nossa missão que é a de implantar um viver e um trabalho livres ao serviço da totalidade dos trabalhadores portugueses e não só de alguns».

Neste sentido acentuaram ponto dos nossos objectivos, ainda: «Não cederemos um Este organismo não serve partidos, nem a Intersindical. Serve o povo português que maioritariamente acolheu o 25 de Abril de 1974 e se pronunciou inequivocamente no 25 de Abril de 1975.

«O Governo Constitucional, com o qual nos identificamos plenamente, sabe que nós, delegados do Governo no INATEL, somos os lídimos defensores da democracia portuguesa, quem não entender esta força livre que nos anima não está a fazer nada no INATEL».

Não estamos dispostos

19 Jun
28/11/1974 a pagar sozinhos

uma crise para a qual em nada contribuimos

— SALIENTADO NA CONCENTRAÇÃO

DA INTERSINDICAL NO ESTÁDIO 1.º DE MAIO

«A tentativa de recuperação do poder económico pelo capitalismo monopolista e latifundiário é uma realidade concreta a que se assiste com cada vez maior insistência» — afirmou o representante do Secretariado da Intersindical ao intervir, ontem à tarde, na concentração que se realizou no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, de protesto contra a política laboral do Governo.

A concentração, que contou com apoios do P.C.P., do M.U.P., de comissões de moradores e de trabalhadores, assim como de vários sindicatos, reuniu milhares de pessoas que, desde as 14 horas, começaram a afluír ao local.

O representante da Intersindical, ao intervir, referiu, a dada altura, que «a impunidade dos terroristas, a libertação dos «Pides», a reabilitação dos fascistas e o saneamento dos democratas são prática corrente no dia-a-dia do nosso país».

Depois de constatar que esta situação era devida ao «desenfreado ataque das forças reaccionárias e de direita», aquela sindicalista aludiu às «cedências à recuperação capitalista» e aos ataques que se sucedem ao movimento sindical.

● «UMA MEDIDA ARBITRÁRIA»

Entretanto, a mesa que presidiu aos trabalhos era consti-

tuida por Godinho Tagaroso, Secretariado da Intersindical; António Rosas, também do Secretariado da Intersindical; Rosalina Brito, da União dos Sindicatos de Setúbal; Teixeira Vaz, da Cintura Industrial de Lisboa e do Secretariado das Empresas Intervencionadas; José Manuel Pereira, da Federação dos Metalúrgicos; e António Machado, da União dos Sindicatos de Lisboa.

A representante da União dos Sindicatos de Setúbal, abordou, na sua intervenção, o pagamento de parte do 13.º mês em títulos de tesouro.

Depois de salientar que se tratava de uma medida arbitrária do Governo, acrescentou: «Com efeito, obrigando-nos à poupança forçada, o Governo, em contrapartida, prepara-se para pagar aos grandes agrários e capitalistas as indemnizações que estes vêm reclamando em altos gritos, e que atingem muitos milhões de contos».

A terminar, salientou: «Não somos arautos da desventura, mas o que não estamos dispostos é a pagar sozinhos uma crise para a qual em nada contribuimos, porque temos consciência de sempre ter dado o melhor do nosso esforço para um país melhor e para uma sociedade mais justa.»

Por seu turno, o representante das empresas intervencionadas de Lisboa, aludiu aos ataques «em várias frentes» da CIP e da CAP, às vagas de despedimentos, tendo a este propósito sublinhado: «Não podemos aceitar que responsáveis do Governo afirmem, que, em relação aos 17 trabalhadores da Têxtil Manuel Gonçalves», a correlação de forças no Norte não permita o cumprimento e aplicação da Constituição e, ao mesmo tempo, se permitam no Sul os despedimentos dos dirigentes têxteis Manuel Lopes e Rosas, sendo este membro do Secretariado da Intersindical, ou dos trabalhadores da Herdade da Lobata, no Alentejo.»

Referiu-se, depois, a várias empresas e às iniciativas que os trabalhadores aí têm desenvolvido, e terminou, observando: «Não se pode exigir aumento de produção se se nega os mecanismos legais aos trabalhadores para o seu desenvolvimento necessário. Consultem os trabalhadores, e eles serão capazes de apontar as soluções necessárias.»

Por sua vez, o representante da Federação dos Metalúrgicos, ao usar da palavra, começou por revelar que cerca de 30 contratos colectivos verticais se encontravam boicotados, e que um milhão e meio de trabalhadores e respectivos agregados familiares tinham os seus interesses prejudicados, e enumerou as dezenas de trabalhadores de empresas que sofrem o boicote à contratação colectiva.

● AS MOÇÕES APROVADAS

Foram aprovadas duas moções, uma delas sobre a reforma agrária e uma outra, apresentada pela comissão organizadora, muito extensa e tocando nos vários pontos reivindicativos.

Sobre a reforma agrária, os trabalhadores decidiram: «Exigir que o Governo prossiga com as expropriações, cumprindo e fazendo cumprir as leis conquistadas pelo Povo português em estreita aliança com o M.F.A., obrigando os organismos que o representam ao exacto cumprimento, sem omissões nem arbitrariedades, das funções que lhes foram confiadas e pelas quais são pagos com dinheiro do povo português».

Afirmar a sua inquebrantável disposição de prosseguir a luta pela reforma agrária até às últimas consequências, e apelar para a solidariedade activa de todos os operários, empregados, intelectuais, estudantes de todo o

povo português, na luta que, neste momento, se trava no Alentejo».

No segundo documento aprovado, decidiu-se: apoiar todos os trabalhadores em luta contra o patronato pelos seus contratos colectivos; reclamar que o Governo e o Ministério do Trabalho adoptem medidas para levantar o congelamento à contratação colectiva; exigir o cumprimento da Constituição; denunciar a vaga de despedimentos.

Lutar pela unidade sindical; exigir o pagamento integral do 13.º mês em dinheiro para todos os trabalhadores, exigir a participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho e, por último, depois de manifestarem a sua disposição de discutir e cooperar com os órgãos do poder na definição e execução de uma política económica e social progressista, decidem: apoiar a Assembleia da República, a Comissão Constitucional, o Conselho da Revolução e o Presidente da República em todas as medidas que, como é urgente, venham a tomar, dentro da Constituição, com o objectivo patriótico de defender o regime democrático, rumo ao socialismo».

28 NOV. 1976

«COM SALÁRIOS DE PAPEL NÃO COMEMOS NO NATAL» — GRITOU-SE EM LISBOA

Traduziu-se numa jornada militante de apoio à Reforma Agrária e de rejeição do pagamento de parte do 13.º mês em títulos de tesouro, o comício de ontem, no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa convocado por diversas organizações de trabalhadores.

A par da denúncia do que foi considerado a recuperação capitalista e a reabilitação dos fascistas, a tônica foi, no entanto, a defesa da Reforma Agrária, para o que foi reclamado insistentemente, o cumprimento estrito da Constituição e a negação ao pagamento de parte do subsídio de Natal em títulos de tesouro. A este propósito, de resto, uma trabalhadora de Setúbal, no uso da palavra, lançaria mesmo o estribilho «com salários de papel, não comemos no Natal», que foi gritado vigorosamente, pela assistência.

Com um esplêndido dia de sol, milhares de pessoas compareceram no Estádio 1.º de Maio.

Um a um, os oradores manifestaram-se acerca das questões que motivaram a convocação do comício, motivos esses, que foram de resto sintetizados na intervenção do representante da Intersindical, que disse:

«No campo interno, ao mesmo tempo que a reacção levanta cabeça, assistimos ao crescer do descontentamento dos trabalhadores e do povo. Ao congelamento da contratação colectiva, que impede a revisão das condições de vida e de trabalho da quase totalidade dos sectores profissionais, sucede o permanente aumento do custo de vida, a expansão da influência dos intermediários, o açambarcamento e a proliferação no mercado negro.

A liberalização dos despedimentos, atentatória do direito ao trabalho e a segurança no trabalho, decretada pelo Governo nas condições mais desfavoráveis para os trabalhadores, constitui uma nítida cedência ao capitalismo interno e ao imperialismo.

A Reforma Agrária, uma das conquistas fundamentais dos trabalhadores agrícolas e do campesinato na zona do grande latifúndio, e de todo o povo português, em vez de ser protegida e acarinhada, incentivada e estimulada, é antes caluniada e combatida com armas que vão desde a propaganda falsa à intervenção policial, do empolamento dos erros infimos à omissão, dos grandes êxitos reais, do não cumprimento de promessas de expropriações e da lei ao seu atropelo e a tentativa de criação de condições que tornem difícil a sua prossecução; pondo-se em marcha o processo de restituição de reservas ilegítimas e extemporâneas, impeditivo, em muitos casos, de proceder a novas sementeiras.

«Ainda no campo das cedências à recuperação capitalista desencadeia-se o processo das indemnizações e latifundiários recorrendo-se, para isso, ao expediente da poupança forçada que atinge essencialmente rendimentos provenientes do trabalho.

É assim que o Governo vem contrariando cada vez maiores responsabilidades no descontentamento geral, numa demonstração inequívoca de incapacidade de resolução dos problemas reais do país e da recuperação económica, no quadro imposto pela Constituição».

Concentração em Coimbra — sindicatos e estudantes juntos

Efectuou-se, ontem, à tarde, no Pavilhão dos Olivais, em Coimbra, uma concentração unitária de trabalhadores e estudantes, promovida pela União dos Sindicatos de Coimbra, com o apoio da Academia e que contou com a presença de cerca de um milhar de participantes.

Usaram da palavra elementos dos sindicatos dos Metalúrgicos e Comércio, da União dos Sindicatos e da Comissão de Luta da Academia de Coimbra, que basearam as suas intervenções nas palavras de ordem da concentração: defesa da Reforma Agrária, contra o aumento do custo de vida, contra os despedimentos, contra os atentados e as bombas e contra a recuperação capitalista.

Foram aprovadas, por unanimidade e aclamação, moções manifestando apoio à Reforma Agrária e responsabilizando o Governo por qualquer quebra de produção dos cereais para o próximo ano, exigindo a aplicação imediata das expropriações e a desocupação das unidades colectivas de produção pelas forças da GNR e a sua restituição aos trabalhadores; exigindo a imediata aplicação da Lei do Arrendamento Rural e o estrito cumprimento do artigo 97.º da Constituição, manifestando ainda repúdio pela extinção do SADA, organismo que se distinguiu pelo apoio prestado aos pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do país.

Uma outra moção relativa às empresas em autogestão, protestava contra a entrega de qualquer empresa ao patronato e exigia a suspensão de todas as acções em curso por dívidas contraídas antes da intervenção dos trabalhadores e instaurava um estatuto para as empresas em que «sejam ouvidos os trabalhadores e não os técnicos estrangeiros». Numa última moção manifestava-se apoio à Academia, repudiando o decreto de gestão das escolas que o MEIC quer aplicar.

«CARTA ABERTA» SUGERE NOVO TIPO DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Doze direcções sindicais, entre as 31 que estiveram presentes ao plenário da «Carta Aberta» reunido no passado fim de semana em Coimbra, aprovaram um documento em que se propõe aos trabalhadores um novo tipo de organização sindical: verticalização por sectores de actividade.

Uma proposta-alternativa àquele documento, que foi apresentada pelo Sindicato dos Escritórios de Lisboa e ignorava aquele tipo de verticalização, obteve apenas menos três votos e daria azo a uma declaração de voto em que se dizia que o texto aprovado podia levar à criação de uma Central Sindical paralela. Esta hipótese foi no entanto rejeitada pelo plenário, que reafirmaria defender intrans-

gentemente uma única estrutura orgânica.

Em defesa da sua declaração de voto, usaria da palavra um elemento dos Escritórios de Lisboa, que diria:

«A proposta só pode ser levada à prática por uma estrutura sindical que não a Carta Aberta. Assim, pensamos que ele levará à construção de uma segunda Central ou à rotura do movimento da Carta Aberta».

REFORMULAÇÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

O documento aprovado defende «a reformulação do actual movimento sindical horizontal através da

integração, segundo processos democráticos e amplamente participados, dos actuais sindicatos em novas organizações sindicais por Indústrias ou sectores de actividade, que traduzem de facto solidariedade e não pseudo-divergências entre trabalhadores de diferentes categorias profissionais».

«A implementação de Sindicatos por sector de actividade a partir da integração dos actualmente existentes deverá considerar-se um objectivo a realizar a médio prazo, dada a complexidade de tarefas que envolve, deverá ser operada democraticamente, de acordo com a vontade expressa da maioria dos trabalhadores».

Ainda segundo os seus subscritores, ela «carece de uma prévia

definição dos respectivos sectores do recurso a acções sistemáticas e planeadas de informação e formação sindical, para que tal organização sindical resulte autónoma, democrática e unitária, poderosa frente ao capital, actuante e eficaz quanto à intervenção e assumir na construção de uma sociedade nova que responda às aspirações comuns da larga maioria dos trabalhadores portugueses.

Aquelas tarefas vão ser coordenadas pela Comissão de Redacção e pelas Comissões Distritais Dinamizadoras dos princípios decorrentes da Carta Aberta. As actividades de divulgação e dinamização iniciar-se-ão com a formação de

PAGINA 4

Plenário «quente» em Coimbra

DA PAGINA 1

grupos interprofissionais de militantes sindicais democráticos.

Nos considerandos a esta proposta de reformulação, a Comissão de Redacção diz que a subsistente estrutura horizontal do Movimento Sindical, para além de demais condicionamentos negativos, enferma da divisão em mais de três centenas de associações sindicais, sendo vulgar que a uma só empresa industrial correspondam largas dezenas de sindicatos face a uma só organização patronal.

A Comissão de Redacção diz ter «constatado que os actuais Sindicatos, na sua generalidade, não resultam, senão excepcionalmente, da luta autónoma das classes trabalhadoras, pois surgiram como instrumento, dentro de um contexto corporativo-fascista, ao serviço da dominação classista que caracterizou a ditadura de Salazar e Caetano sobre os trabalhadores.

Depois de considerar que Alvaro Cunhal utilizou o aparelho sindical para a tomada do poder pelo seu partido, acrescenta que isso «contribuiu em definitivo para o desmontar das potencialidades próprias do sindicalismo, através da ocupação anti-democrática, por militantes daquele organismo partidário, do lugar assumido no aparelho sindical, também arbitrariamente, pelos opressores escorraçados».

O PCP é ainda acusado de sistemática prática destinada a boicotar uma legítima reformulação do Movimento Sindical, para manter os seus militantes nos sindicatos horizontais e assim controlar burocraticamente os trabalhadores.

Para que os trabalhadores possam defender o aparelho sindical que melhor corresponde aos interesses

colectivos e de classe, avançam então a proposta de reformulação que pretendem ver amplamente discutida por esses mesmos trabalhadores.

ALARGADA A COMISSÃO DE REDACÇÃO

O encontro dos sindicatos afectos à Carta Aberta realizou-se num dos anfiteatros da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. A primeira sessão, realizada no sábado, estiveram presentes 25 organizações. Nas sessões de ontem, o número aumentou para 31, embora algumas direcções sindicais ali estivessem como simples observadoras.

A volta de vários pontos, gerou-se acesa discussão, chegando-se ao ponto de ter surgido uma proposta de demissão da Comissão de Redacção da Carta Aberta, acusada pelo Sindicato de Panificação de Faro (que abandonaria a sala antes da última sessão terminar) de não ter definida uma linha político-sindical que impaça as falhas nos trabalhos práticos.

Esta proposta não chegaria a ser votada, por não estarem presentes algumas direcções sindicais que eram propostas para a nova Comissão de Redacção. Este mesmo princípio não viria, no entanto, a ser respeitado quando mais tarde surgiu a proposta de alargamento da Comissão de Redacção para nove membros, pois uma das listas propostas também incluía um sindicato (da Construção Civil de Leiria) que não estava presente.

Num ponto de ordem, o representante do Sindicato dos Escritórios e Comércio de Leiria fez re-

paro a essa incoerência, mas passou-se à frente.

Na votação para a Comissão de Redacção alargada, o Sindicato da Construção Civil de Leiria seria derrotado em favor do Sindicato dos Seguros do Norte, ficando assim constituída a nova Comissão de nove membros: Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa, do Porto e de Faro, Metalúrgicos de Aveiro, Seguros do Norte, Comércio de Lisboa, Seguros do Sul e Cerâmicos de Aveiro.

REFERENDO PARA O CONGRESSO

Embora se pretendesse chegar a um consenso sobre a participação ou não no Congresso de Sindicatos que se vai realizar em Janeiro, não se chegou a qualquer conclusão. Foi, no entanto, aprovada uma proposta no sentido de se proceder a um referendo entre os trabalhadores sindicalizados (mesmo em sindicatos afectos à Inter) sobre esse mesmo Congresso, com divulgação subsequente dos resultados.

Entretanto, enquanto algumas direcções manifestaram prontamente ser contra a participação, outras apolaram a participação como forma de denúncia da prática sectária e antidemocrática do Secretariado da Intersindical».

«GOLPADA»

Um dos momentos mais quentes do encontro foi o da discussão sobre documentos apresentados à Mesa pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que viriam a ser rejeitados sem se permitir ao porta-voz daquele sindicato justificar a sua apresentação.

Um documento chegaria mesmo a ser considerado «uma golpada» por um elemento dos Escritórios do Porto.

Nesse texto, o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa apelavam para um Encontro Nacional «contra os despedimentos; pela revogação dos decretos-leis 294/76, 672/76 e resolução do Conselho de Ministros que leva aos despedimentos; pela realização da Unidade.

O facto de se terem rejeitados os documentos daquele sindicato, quando no encontro anterior se aceitaram moções de condolências pela morte de Mao Tsé-Tung e Luis Figueira, levou a uma intervenção dos elementos da Organização Pró-Sindical da Câmara Municipal de Lisboa, que sublinhou a incoerência.

O Sindicato dos Professores considerou «anti-democrática» a atitude que o plenário tomou.

Durante a sessão da tarde de ontem, outros reparos seriam feitos à mesa (nomeadamente em declarações de voto), sobre «propostas que são mandatos em branco» e «metodologia da votação».

De sublinhar, a finalizar, que os pontos de ordem dos professores, em que se pedia que fossem divulgados os números das votações, nunca foram considerados. Por proposta da Mesa, o plenário rejeitaria mesmo essa divulgação, para evitar especulações por parte de certos jornais.

Como comentário a esta atitude, impõe-se dizer que «foi pior a emenda que o soneto», pois os jornalistas presentes sabem contar. Que não se entenda, porém, este comentário como especulação, mas apenas um registo que em Democracia não pode ser considerado doutra maneira.

Coimbra 29/11/76

«Carta aberta» (em Coimbra) decide reformular movimento sindical

A reformulação do movimento sindical foi ontem decidida em Coimbra, por maioria, em resultado do segundo dia de trabalhos dos sindicatos afectos à Carta Aberta, verificando-se, todavia, que cinco sindicatos assinaram uma declaração de voto alertando para o perigo que esta movimentação pode provocar, criando uma segunda central sindical.

A reunião, que foi presidida por José Luís Gaspar, Vítor Gonçalves e José Viana, teve a participação de trinta e uma direcções sindicais, notando-se assim uma presença de mais seis do que no dia anterior.

De acordo com a decisão agora aprovada, as direcções sindicais afectas à Carta Aberta irão levar aquela proposta de reformulação do movimento sindical até junto dos trabalhadores que representam, a fim de que estes decidam em plenários qual o tipo de sindicalismo que pretendem, uma vez que se reconhece que a reformulação da lei sindical é susceptível de acarretar perigos de desunião às classes trabalhadoras.

Foi também aprovada uma proposta no sentido de se efectuarem referendos entre os trabalhadores dos diversos sindicatos, incluindo os que são afectos à Intersindical, para averiguar o que pensam sobre o Congresso que continua a ser considerado como o II da Intersindical por parte dos componentes da Carta Aberta.

Não foi possível chegar a qualquer conclusão sobre o problema da participação no Congresso, dado que vários sindicatos querem ser mandados, enquanto que outras direcções querem ser mandadas pelos trabalhadores que

representam, verificando-se que alguns defendem a participação no congresso como meio de averiguação de manobras sectárias e antidemocráticas da Intersindical, enquanto outros rejeitam pura e simplesmente qualquer participação no congresso.

Um terceiro ponto da agenda de trabalhos — a estratégia regional — não chegou a ser discutido, por falta de tempo, tendo sido adiado o seu tratamento para um próximo encontro suplementar.

A Comissão de Redacção da Carta Aberta foi alargada a nove sindicatos e ficou assim constituída: Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios de Lisboa, Escritórios do Porto, Metalúrgicos de Aveiro, Escritórios de Faro, Seguros do Norte, Seguros do Sul, Comércio de Lisboa e Cerâmicos de Aveiro.

As conclusões deste encontro serão apresentadas numa conferência de Imprensa promovida pela Carta Aberta e a realizar na próxima quinta-feira, em Lisboa.

Escritórios de Faro

Lisboa
29/11/76

Voto secreto dá vitória à linha da Carta Aberta

O referendo levado a cabo pelo Sindicato Livre dos Empregados de Escritórios e Caixaeiros do Distrito de Faro deu a vitória à linha Carta Aberta, que averbou 63 por cento dos votos contados.

«Congresso de Todos os Sindicatos para a Construção da Central Sindical Única e Democrática e permanência na Carta Aberta» e «Congresso de Intersindical e saída da Carta Aberta» eram as alternativas

que se colocavam aos trabalhadores. Para levar a cabo a iniciativa, o Sindicato colocou mesas de voto em Faro, Portimão, Lagos, Silves, Tavira, Olhão, Loulé, Vila Real de Santo António e Albufeira.

Ganhou a Carta Aberta, com uma percentagem de 63 por cento dos votos contados (931), cabendo-lhe 581, contra 325. Houve 25 votos nulos.

De acordo com o nosso correspondente em Faro, «foi grande o absentismo, já que o Sindicato tem, em condições de expressar voto, mais de 3500 trabalhadores; contudo, não poderá dizer-se que não houve boa vontade em disseminar mesas de voto (treze), espalhadas pelos mais diversos pontos da província. A nosso ver — diz ainda o nosso representante — serão os absentistas os que devem tirar as conclusões e ver que uma ou outra das duas linhas em confronto teriam tido outra expressão bem distinta, se todos tivessem decidido emitir a sua opinião.»

De qualquer forma, e de realçar que em Lisboa, o Sindicato dos Escritórios, também por voto secreto, deu a vitória à linha da Carta Aberta.

